A missão jesuítica da Ibiapaba

CARLOS STUDART FILHO

Em 1655, após curta estada em Portugal, no convívio da côrte joanina, onde, num passado ainda bem próximo, colhera fartos triunfos tribunícios e ascendera aos altos postos da carreira política e diplomática de sua pátria, de novo pisava Vieira as terras maranhenses, agitadas, como sempre, por paixões desconexas e várias.

Expulso, vilipendiado e perseguido pelos colonos meses antes, regressava vencedor, para mais uma vez se pôr entre aquela estulta gente e os naturais, de quem se fizera o protetor solícito e incansável. Com a chegada do grande pregador, entrava a vigorar a recente lei de abril de 1655, de que êle próprio fôra o portador e segundo a qual o doutrinamento e govêrno espiritual dos índios de todo o Estado do Maranhão passavam à conta dos religiosos da Companhia de Jesus (1). Por essa forma respondia o rei aos insultos e vexames que sofrera seu conselheiro e apaniguado. A lei, tão de feição a contrariar os interêsses dos exploradores do braço indígena, longe de os exasperar, como seria natural, foi recebida em São Luís com mostras aparentes de completo acatamento. Berredo narra até

---

(1) A lei, que tem a data de 9 de abril, vedava, outrossim, o cativeiro dos índicolas brasileiros, salvo nos casos seguintes: 1.° quando tomados em guerra justa, para a qual concorressem tôdas as circunstancias expressas na mesma lei; 2.°, quando opusessem resistência á pregação das verdades evangélicas; 3.°, quando fôssem presos á corda, destinados para ser comidos; 4.°, finalmente, quando fôssem comprados por outros índios, que os houvessem tomado em guerra.

que o Senado da Câmara, para dar provas públicas e cabais de sua submissão ao soberano, se apressou a vir saudar, em corpo de cerimônia, o recem-chegado, rendendo-lhe graças pelos grandes benefícios que, segundo corria, negociára para o povo.

Embora genial e não isento de malícias, o grande visionário não compreendeu a astúcia daqueles velhacos e deixou-se enganar fàcilmente. Acreditando na sinceridade da gente que o cercava e na presunção de serem integralmente cumpridas as determinações régias, Vieira entregou-se todo inteiro à obra profícua e dignificante da catequese. Feito superior de um pugilo de abnegados sacerdotes, alguns dos quais o haviam precedido no campo da luta pela nobre causa de Deus, sua autoridade, mais do que nunca fortalecida, dilatava-se agora por centenas de léguas quadradas e abrangia enorme população nativa.

Onze aldeias no Maranhão e Gurupi, seis nas vizinhanças do Pará, sete no Tocantins, vinte e oito no Amazonas, constituíam, então, o patrimônio efetivo dos Jesuítas (2). Era na realidade imenso o território já incorporado ao Império e à fé católica pelos missionários em suas arremetidas heróicas buscando neófitos. Vieira, sempre insatisfeito, sonhava, porém, novos horizontes para seus zelos. A ilha Joanes, que senhoreavam aruãs e neengaíbas (3), a região do Solimões e altos rios, povoados de incontáveis gentilidades, alargavam-se ao labor dos bravos catequistas e deviam ser o campo opimo onde agora êle pretendia ativar, a todo transe, os trabalhos de evangelização.

As vistas ansiosas do incansável batalhador voltavam-se também amiúde para a Ibiapaba, onde viviam índios truculentos, cujos antepassados se haviam, talvez, decênios antes, cumpliciado com os tacarijús para a trucidação do venerando padre Francisco Pinto. Acariciava o pensamento de sujeitá-los ao domínio espiritual da Ordem pela prédica e de prepará-los para os benefícios da vida civilizada e cristã. Assistido por vinte companheiros apenas, sem medir canseiras e sacrifícios, ei-lo,

---

(2) Lúcio de Azevedo, "Jesuítas no Grão Pará", Lisboa, 1901.

(3) A redução das tribos [illegible]arajó seria realizada pelo próprio Vieira, em 1659.

pois, que se lança à emprêsa sobrehumana de disseminar a boa doutrina por sôbre as terras ásperas do Maranhão e conduzir seus habitantes pelo caminho do salvamento. Ainda que o número de obreiros fôsse desproporcionado à enormidade do encargo assumido, todos revelavam o firme propósito de perseverar na tarefa encetada e um intenso desejo de triunfar.

Mais alvoroçou o desejo de Vieira, de mandar missionários á serra, a oportuna decisão do novo governador, André Vidal de Negreiros, de construir nas ermas praias de Camucim um pequeno reduto destinado a facilitar o resgate de âmbar, no norte da capitania do Ceará, e a garantir o tráfico de pau-violeta contra as investidas de piratas e nativos que ali mercadejavam livremente. Servindo a cerrar o litoral aos estrangeiros, a assegurar o comércio e as comunicações entre Pernambuco e Maranhão, bem poderia, no pensar de Vieira, garantir as vidas dos padres destacados no platô e auxiliá-los nos momentos de graves aperturas materiais. A objetivação dos anelos de ambos os dirigentes, do governador e do padre superior dependia, porém, dos próprios naturais da serra, que negociavam as aludidas mercâncias e a quem caberia, em última análise, ajudar a erigir a praça e manter a guarnição. Os tremembés, os verdadeiros senhores daqueles reboídos oceânicos, eram inimigos dos brancos e viviam a salteá-los. Desde os primeiros contactos as relações entre êsses indígenas e os estrangeiros haviam sido sempre pouco amenas e cordiais. Muitos marinheiros, que, cheios das inquietudes de um mar quase desconhecido e proceloso, navegavam chegados às suas praias, viram-se vítimas de ciladas e pagaram com a vida tal audácia, atentados êsses a que os lusitanos respondiam sempre com sobrada crueza.

Como não confiassem igualmente na sinceridade dos tabajaras, resolveram, de comum acôrdo, aquelas autoridades, tratar com os seus chefes e maiorais e ganhar-lhes as boas graças com dádivas e liberalidades. A tal propósito, escreveram-lhes solicitando a colaboração e acolhida, no seio da tribo, para os missionários que lá iriam ter. De sua parte, oferecia o governador, em nome do rei, o perdão e esquecimento geral dos delitos passados, se condescendessem em auxiliá-lo. Êle lhes par-

ticipava, outrossim, a chegada a S. Luís dos milicianos de Santo Inácio, que haviam sido, em Pernambuco, patronos e mestres de muitos dos seus irmãos de raça. As missivas de Vieira, por sua vez, falando aos tabajaras a mesma linguagem florida e paternal dos velhos catequistas e dando-se, a si e a todos os padres da Companhia, como penhores da lealdade e bons intuitos de Vidal de Negreiros, destinavam-se a sensibilizá-los, impressionando-os favoràvelmente, e granjear-lhes a confiança. A dificuldade maior a vencer era, porém, o fazer chegar as cartas aos destinatários, pois ninguém se atrevia a empreender uma jornada à Ibiapaba. Intimidava a todos a enorme extensão de cem léguas de caminho a percorrer e os percalços próprios a uma tão longa viagem terrestre, viagem que então se fazia através de praias arenosas e tabuleiros povoados de selvagens vigilantes, ousados e agressivos. Cortava, ademais, a estrada litorânea, dificultando-lhe o trânsito, cursos d'água volumosos e traiçoeiros.

O problema das missões serranas ficaria assim por muito tempo ainda sem solução prática, se um gentio tabajara, chamado Francisco Murereíba, não se houvesse apresentado para levar a correspondência a quem dirigida.

Tendo sido aceito o oferecimento, partiu êle de S. Luís para a serra em maio de 1655. Enquanto o animoso e irrequieto Francisco rompia através de todos os obstáculos e todos os perigos em busca da Ibiapada, chegavam a S. Luís alguns tapuias tremembés, daqueles que tanto haviam derramado a traição e a morte entre marujos portugueses. Vinham negociar pazes com os ádvenas. A atitude amistosa dos nativos praianos, como é fácil inferir-se, foi recebida com particular agrado pelo governador Vidal de Negreiros. Facilitava o estabelecimento de novas fortificações costeiras nos territórios sob sua jurisdição administrativa, assunto que, no momento, parecia ser a preocupação dominante daquele homem público. Não querendo perder ocasião tão favorável, nem mesmo adiá-la, resolveu, malgrado o restrito de seus recursos e a ausência de notícias da serra, despachar sem demora uma sumaca com um capitão e 40 soldados, materiais e instrumentos indispensáveis ao levanta-

mento das obras de defesas fixas no trecho da orla marinha cearense.

Sendo necessário dar à tropa assistência moral e instruí-la na religião católica, fêz Vieira partir no mesmo barco o padre Tomé Ribeiro e o irmão Sebastião Teixeira. Êstes deviam igualmente praticar os selvícolas que se fixassem nas redondezas da praça forte.

Incansável na faina do seu augusto ministério, Vieira ordenou também que seguisse, em outro navio, para a sede da capitania do Ceará Grande, o padre Manuel Nunes, a fim de ali pregar a doutrina cristã entre os aborígenes. Como se não bastassem todos êsses zelos pelos infiéis, aventurou-se, êle próprio, no caminho da Baía, em busca de novos discípulos de Santo Inácio, que o ajudassem a desenvolver e a expandir a catequese no estado do Maranhão e a multiplicar as reduções jesuíticas, que eram seu constante enlêvo. A construção da fortaleza de Camucim, que André Vidal julgava, sem dúvida, emprêsa fácil, não deu resultado, baldeou-se como tantas outras beneméritas realizações materiais e morais que êle tentara levar por diante no Maranhão. Tão contrários eram, na época, as condições de navegabilidade das águas territoriais do setentrião cearense e na direção de leste, que o veleiro, depois de ter gasto 50 dias para montar só até o rio das Preguiças, desandou, alcançando, em 12 horas, o ponto de partida, sem lhes ter sido possível tomar terra. A propósito das dificuldades com que tinham de lutar os mariantes nas águas territoriais do Meio-Norte, ouçamos o padre Vieira, que assim comenta o assunto:

"Navega-se nestes meses pela madrugada com a bafagem dos terrenhos, os quais como são incertos e duram poucas horas, todo o resto do dia e da noite, e às vezes semanas e meses inteiros se está esperando sôbre ferro, na costa descoberta e sem abrigo, sendo êste um trabalho e enfadamento maior do que tôda paciência dos homens, e o pior de tudo é que depois desta tão cansada tornam as embarcações arribadas ao Maranhão".

O navio em que Vieira tentava a travessia, acompanhado do padre Manuel Nunes, não logrou melhor sorte; também não alcançou o pôrto da Fortaleza. Após viverem seus tripulantes momentos terrìvelmente dramáticos, a embarcação, presa dos

ventos contrários e das correntes oceânicas, desgarrou e teve de arribar em S. Luís.

Entre os episódios mais interessantes da travessia, conta-se o casual encontro de Francisco Murereíba. Achou-se o Padre Vieira nas praias de Camucim, último ponto da costa onde o navio deu fundo. Seguiram-no, na ocasião, dez caboclos da serra. Recolhidos pelo padre superior, que saltara naquele sítio, foram, êle e seus companheiros, conduzidos ao Maranhão, lugar para onde se encaminhavam.

Chegou, por êsse modo, Francisco a S. Luís, depois de quase doze meses de ausência, quando todos o julgavam morto e os padres desesperavam na presunção de um novo fracasso aniquilador de tantas esperanças. Fato curioso: os componentes da tosca embaixada estavam ataviados à feição européia, usando roupas de grã e sêda, luxo sem dúvida um tanto exagerado para quem houvera de furar regiões quase impérvias. As cartas que traziam excitaram também profunda admiração entre os circunstantes. Vinham escritas em papel de Veneza e fechadas com lacre da Índia, sendo a caligrafia e o estilo em tudo semelhantes aos de certos gentios pernambucanos, antigos discípulos dos padres. Nelas, os rústicos saudavam com desusada efusão de ternura os jesuítas, cujo prestígio, entre êles, jamais esmorecera, e se diziam dispostos a aceitar-lhes a tutela, a suave tutela debaixo da qual muitos haviam vivido nas capitanias do Rio Grande, Paraíba e Pernambuco. Segundo consigna ainda o diplomata missionário, faziam elas enternecidas referências ao padre Francisco Pinto, afirmando que sua figura continuava indelével na memória de todos, envolta num halo de veneração. A impressão dominante era, porém, de que o uso de tantas galas estava a denunciar a malévola influência de antigas relações com o batavo; indicavam um comércio talvez continuado com aquêles velhos inimigos de Portugal. Não obstante isso o teor das missivas era animador e tornou-se mesmo, para Vieira, a fonte de novas esperanças, que encorajavam a mandar iniciar, desde logo, um cruzeiro de fé entre os tabajaras da serra. Relegado ao passado, ficava sem significação o insucesso das recentes tentativas de fazer chegar missionários ao litoral do Ceará.

Para realizar tão altos objetivos cristãos foram designados o padre Antônio Ribeiro, perfeito conhecedor do ambiente colonial brasileiro e muito versado no linguajar dos filhos da terra, e o padre Pedro Barbosa de Pedroso, recém-chegado do Reino. Era êste jesuíta filho de Pedro Álvares de Pedroso e abrira os olhos à luz em Coimbrão, termo de Leiria. Sem embargo da incumbência de que se achavam encarregados, levavam ordem de Vieira para socorrer e instruir nos mistérios da fé os nativos e soldados cristãos do fortim de N. S. de Assunção. Tinham, outrossim, sôbre os ombros, a responsabilidade de uma missão diplomática. Deviam enviar, o mais cedo possível, circunstanciado relatório do meio serrano, da praticabilidade dos caminhos de acesso, do número e disposição de seus moradores, e os mais detalhes que lhes parecessem vitais à obra missionária. As informações se faziam necessárias para que os superiores da comunidade jesuítica, balanceados todos êsses elementos, pudessem aquilatar a conveniência de fundar ali uma nova redução. Assim instruìdos e prontos a trabalhar por uma grande causa, lançaram-se ambos, coração ligeiro, para o desconhecido.

Seguiram primeiramente em canoa até as cabeceiras do rio Mairi, donde continuaram por terra através das longas praias descalvadas do Maranhão.

"Partimos (esclarece o padre Pedro Pedroso, na informação dada em 25 de agôsto de 1682 ao superior Pedro Lins acêrca das viagens por mar do Maranhão para o Brasil), partimos desta ilha [S. Luís] aos 26 de junho de 1656 e em breves dias navegámos em canoa até as cabeceiras do rio Mairi, que dista deste porto 37 a 40 léguas. Não pudemos, porém, navegar o mar dos Lençóis por ser já verão e muito entrados os lestes que alí reinam e dificultam a navegação aos que se arrimam à costa; pelo que, deixadas as canoas, seguimos o restante da viagem por terra.....".

Não iam sós; no trecho inicial do percurso, entre S. Luís e o rio das Preguiças, por vinte e cinco léguas de areais desfeitos, acompanharam-nos numerosos soldados lusitanos, dispostos a protegê-los contra os gentios de corso que vagavam por aquelas paragens. Desde êsse momento, ficaram entregues aos azares da sorte, sob a guarda de uma pequena escolta de mili-

cianos reinóis. Começa aí, à beira do rio das Preguiças, a iniciação, a bela e dolorosa iniciação de Pedro Pedroso, eclesiástico cuja vida seria um longo romance de abnegação e sacrifício, a serviço da causa redentorista dos indígenas nordestinos.

Vale evocar, ponto por ponto, os transes mais amargurados dêsse itinerário triunfal, que devia conduzí-los à realização dos benfazejos propósitos de Vieira, de dar aos nossos selvícolas a revelação de Deus. Serve para, mais uma vez, aquilatar-se dos sofrimentos e da heròicidade dêsses desbravadores das selvas americanas, cuja atuação tanto contrastava com a dos bandeirantes sulinos. Temos da audaciosa aventura informes valiosos.

A derrota dos dois peoneiros da fé e de seus acompanhantes foi terrìvelmente dramática; reproduz quase traço por traço a epopéia vivida decênios antes pelo infeliz Pero Coelho, emoldurada, porém, em cenário menos agreste e menos implacável. Semelham episódios, pormenores de tôda sorte confundem-se, os sofrimentos e o valor dos itinerantes são quase idênticos. Dias de sol corruscante, cuja ardência aflige e amolenta, sucedem a noites povoadas de temores e sobressaltos, noites que não lhes refazem as fôrças, nem restauram as energias gastas naquele jornadear sem fim. Aflige-os também o incessante terror dos turbulentos íncolas. Os mantimentos de que dispunham mal chegaram para um terço da viagem. Constituídos por simples farinha de guerra, cedo se esgotaram, porque os portadores nativos, impelidos pela inata imprevidência e pelo desejo de se aliviar do pêso, iam devorando, à socapa, a preciosa carga. E assim, treze dias depois da partida, quando os missionários foram dar balanço às provisões, não encontraram, nos cestos que as continham, se não cipós e fôlhas sêcas, com que os culpados haviam tentado disfarçar o furto. De chofre a situação tornou-se verdadeiramente crítica; em tais circunstâncias, tôda a comitiva, que, por sinal, constava de umas sessenta pessoas, concordou em voltar a S. Luís. Era, de fato, a única medida aconselhável, para evitar maiores dissabores, e isso mesmo fizeram sentir sem rebuços aos missionários. A pesar das incertezas que se lhes antolhavam, êstes não quiseram, porém, abandonar a gloriosa tarefa que tinham a cumprir, e restribaram, ordenando prosseguisse a marcha, que daí por di-

ante correria ensombrecida por apreensões de tôda sorte. Iam, como sempre, confiantes na Providência, que os haveria de valer repetidas vêzes.

Não tinham, porém, tanta fé os outros peregrinos e, por isso, ante a perspectiva da fome, houve alarmes, protestos e negação. Conhecendo a dureza da vida naquelas costas nuas, trazendo na memória experiências dolorosas, nada apavorava tanto o nativo como a falta de água e vitualhas e assim queriam todos, a todo custo, retroceder. A tenacidade e a energia espiritual dos padres triunfaram, não obstante, dos temores e escrúpulos da sua gente.

À maneira do que já sucedera a tantos outros caminheiros ao perlongarem as praias nordestinas, sofreram os nossos itinerantes amiúde os acicates da fome e da sêde e tiveram por sustento caranguejos dos mangues, que era tudo quanto a ingrata região lhes podia oferecer de comestível. Certa feita, um pouco de peixe, dádiva de alguns tremembés, que vagueavam pela amplidão das dunas desertas, melhorou tão magra ração. Mas o fato não se tornaria a repetir. A fortuna permitiu, é certo, outro encontro fortuito com indivíduos da mesma tribo, desta vez, porém, os resultados seriam muito menos auspiciosos para os nossos caminheiros. O chefe da mátula chamava-se Tatuguaçu e recebeu-os com grandes mostras de acatamento e consideração. Era o principal que, à frente de um grupo de nativos, estivera, pouco antes, no Maranhão, a solicitar pazes do governador André Vidal de Negreiros e que servia agora de intérprete aos demais de sua raça. Todavia, a cortesia do índio era fingida. Tatuguaçu, conforme êle próprio deixou desde logo transparecer, não via com bons olhos os forasteiros. Queria, na verdade, viver em harmonia com os colonos, dêles receber dádivas e lavores; não franquear-lhe, porém, uma região que considerava domínio exclusivo de sua tribo. A presença de estranhos naqueles sítios pareceu-lhe, sem dúvida, flagrante e injusta violação de todos os seus direitos. Assim, assentou trucidar os imprudentes para escarmento dos que se sentissem tentados a repetir a perigosa e crespa travessia. Eram, talvez, ressentimentos e velhos ódios recalcados que inspiravam aquelas idéias de violência; talvez fôsse apenas o orgulho supostamente ofendido

que impelia o rústico maioral a cometer excessos. Como-quer que seja, o ameríncola esquecia o acôrdo celebrado em S. Luís, para dar livre expansão às tendências primárias de uma natureza agreste. Não ousando atacá-los, frente a frente, receoso de revide sangrento e vitorioso, imaginou um plano menos heróico, porém eficiente: o de separar os homens da escolta para melhor quebrantar-lhe a fôrça e amolecer a resistência. Em sua obcessão assassina, punha em prática, sem o saber, o indefectível lema de dividir para vencer, lema velho como o homem e suas lutas fratricidas. A êsse propósito, convidou os indígenas mansos a certa pescaria, que, segundo propalou, pretendia realizar em ponto distante do acampamento, logo que a paisagem, perdidos os seus contornos, mergulhasse nas trevas. Com os portuguêses combinou que lhes mandaria algumas cunhãs para divertí-los, em encontros clandestinos, no mistério da noite. Psicólogo a seu modo, o sinistro estratego apelava para o que mais de perto poderia interessar àquelas criaturas, levando-as a esquecer o dever e mesmo a própria segurança.

Enquanto se fazia todo mesuras e todo oferecimentos para os estranhos, aos seus mandava ficar de sobreaviso, içando dêles os matos próximos, para arremeter na hora mais propícia, isto é, quando os seus supostos inimigos estivessem entregues aos prazeres e entretenimentos favoritos — ao amor e à pesca.

Tudo previra a sagacidade e a perfídia do tapuia. Receando não ser capaz de vencer pela fôrça, planejava triunfar pelo embuste. Não fôsse valer aos padres um como que instinto do perigo, instinto que os sofrimentos pareciam haver engrandecido e afinado, o ardiloso plano teria logrado êxito completo. Desapercebidos da trama que tomava corpo, dispunham-se êles a pernoitar no convívio dos tremembés e os da escolta a se irem aos seus prazeres, quando foram todos tomados de dúvida sôbre a boa-fé dos seus hospedeiros ocasionais. As idas e vindas dos selvícolas e a atividade anormal do chefe soaram-lhes bastante falsas, deixando entrever sub-intenções duvidosas. Conhecedores do caráter instável e dissimulado de certos nativos, suspeitaram disposições hostis debaixo de aparências tão amistosas e acolhedoras. E, na terrível incerteza que os assaltou de súbito, resolveram levantar acampamento e partir furtivamente sem

cuidar de outros indícios ou averiguações. Aquêle esgueirar precavido, que se transformaria cedo em fuga desabalada, mas silenciosa, pela noite alta, salvou-lhes certamente a vida, pois os desígnios de Tatuguaçu eram, de fato, criminosos. Confirmou-se a denúncia, mais tarde levada aos missionários por uma velha tapuia do bando que, tendo estado anteriormente no Maranhão com aquêle chefe, ficara cativa das gentilezas e bons tratos dos jesuítas, tomando-se por êles de grandes simpatias.

O aviso era um tanto tardio e inoperante, mas iria servir para que de futuro todos melhor se precatassem contra novas ciladas.

Saídos galhardamente da tétrica aventura, escapos, assim, à sanha sanguinária dos tapuias, nem por isso se viu a caravana livre de riscos e canseiras. À passagem dos rios, que, engrossados consideràvelmente pelas chuvas, estavam caudalosos, eram renovadas façanhas, e ela constituía uma constante ameaça à vida dos incansáveis itinerantes.

A escassez, se não a total ausência de boas madeiras nas terras palmilhadas, impossibilitando a confecção de barcos, obrigava os homens da escolta a transportar do Maranhão, com inauditos sacrifícios e através de tôdas as dificuldades, as canoas necessárias à travessia dos cursos d'água mais volumosos (4).

---

(4) Minucioso ao extremo descreve Vieira êsse trecho da jornada dos missionários: "Um dos perigos e trabalhos grandes dêste caminho é a passagem de 14 rios mui caudalosos que o atravessam e se passam todos por meio da foz onde confundem e encontram suas águas com as do mar e por que não há nestes rios embarcação para os passar, é forçoso trazê-lo do Maranhão com imenso trabalho, por que se vem levando a mãos, por entre o rôlo do mar e a ressaca das ondas, sempre por costa bravíssima, alongando-se a cada passo, e atirando o mar com ela e com os que a levam com risco não só dos índios e da canoa, se não da mesma viagem que dela totalmente depende. Muitas vêzes é também necessário arrastá-la por grande espaço de terras e montes, para alcançar de um mar á outra, e talvez obrigam tomar a mesma canoa em pêso ás costas com tôda a gente, e levá-la assim por muitas léguas; de modo que para haver embarcação para passar os rios, se há de levar pelo mar, pela terra e pelos ares". Seria na realidade tão escassa a madeira como deixa transparecer o narrador? Não parece. Se de fato havia falta de grossas madeiras para a feitura de canoas, os mangues poderiam servir perfeitamente

Mais um episódio dramático da jornada seria o trânsito do barrento e túmido Parnaíba. Ao cruzarem os viajantes as suas fartas águas, foi uma das embarcações — a que conduzia o padre Antônio Ribeiro e mais sete companheiros —, arrastada violentamente, seguindo águas abaixo para o mar alto.

Os que de terra observavam o desenrolar dessa estranha luta de homens contra a fúria das ondas e dos ventos não tinham dúvidas quanto ao fatal desenlace do caso, pois, a pesar dos esforços congregados de tôda a guarnição, a barcaça continuava a andar ao léu. Outra coisa, porém, quis o destino. Depois de cinco horas de muito forcejar, lograram os naufragantes conjurar o perigo, regressando à praia vivos e sãos.

O novo incidente não modificou os intuitos dos dois sacerdotes. A chama que lhes incendiava o entusiasmo nem por isso arrefecera. Transposto a caudal, repousados os corpos, com fervor novo reencetam êles a rota de sua peregrinação heróica. Agora, eram os ventos ponteiros que, soprando com desusada violência naquelas praias desabrigadas, lhes embaraçavam os passos, a ponto de dificultar e quase tolher o caminhar dos homens. Não havia, porém, obstáculos que os detivessem, nem riscos capazes de os intimidar. Sofriam terrìvelmente, mas não pensavam sequer em retroceder.

Marinhando penosamente, transpuseram por fim a barreira ingreme das encostas setentrionais da serra e, em data de 4 de julho de 1656, após 35 dias de viagem, alcançaram os padres a ansiada serra da Ibiapada. Vinham, como é natural, estropiados pela longa jornada e ressentidos das privações, mas sequiosos por desvendar as riquezas ocultas no coração dos naturais e lhes comunicar a sã alegria de viver.

Consoante narram cronistas da época, no chapadão infinito, onde, mais uma vez, pisavam missionários lusitanos para o rude mister da catequese, enxameavam brasilienses de variados grupos raciais, reunidos em aldeias mais ou menos populosas. Havia, só na zona que se abria aos olhos perquirentes dos recém-chegados, três grandes malocas, em as quais podiam ser

á confecção de balsas, o que muito facilitaria, por certo, a viagem. Como quer que seja, porém, não nos desejamos afastar aqui do único relato existente sôbre o fato, que é o deixado por Vieira.

contados até 1600 habitantes, a fora numerosos outros pequenos agregados de índios de língua travada. À maneira dos tupis, êstes possuíam também lavoiras e estavam, em sua quase totalidade, ligados aos tupis por aliança ou por simples laços de subordinação. Perdidos no mistério das paragens desconhecidas e impérvias dos agrestes rincões planálticos, vagava a grei inumerável e erradia dos tapuias de corso.

Acolhidos com solícita e cordial hospitalidade, iniciaram, sem perda de tempo, a evangelização. É de crêr não diferisse o sistema de catequese, ali em uso, do exercitado pelos maiores apóstolos da Companhia no primeiro século do descobrimento, se não naquilo que as novas lições da experiência, hauridas no convivio já centenário com o autóctone, aconselhavam. Os métodos jesuíticos, empregados para transfundir na mente simples do ameríncola as verdades eternas, foram por tôda parte os mesmos. Nóbrega dissera, um século antes:

"Com a música e a harmonia, atrevo-me a atrair a mim todos os índios da América".

E da música e do canto, conforme a palavra do mestre, serviram-se, por certo, também aqui êsses dominadores de almas.

A fim de melhormente coar naqueles corações rebeldes os sãos princípios da moral cristã, procuravam os padres cultivar, orientando para as coisas da religião, as ingênitas inclinações artísticas dos gentios serranos. O inato pendor que tinham os curumins pela música, canto e danças foi sàbiamente explorado. Ensinar recreando era, pois, o princípio que norteava os seus esforços.

Com os caboclos de Pernambuco, bons músicos, formaram para deleite da comunidade uma banda onde predominavam os tambores, as imbuias e os maracás. Dos atos mais destacados da vida social da tribo faziam pretexto para festanças ruidosas, mas ingênuas, com que lhes procuravam educar a rude estesia (5). Os esponsais das cunhãs, batizados e nascimentos dos curumins eram, por isso, outros tantos motivos para pomposas

(5) Por estranho que pareça, a música contribuía enormemente para acentuar e disciplinar a alegria do caboclo e estimular-lhe a memória e os bons sentimentos.

solenidades. O casamento de certos maiorais da Ibiapaba, a cuja realização esteve presente o padre Antônio Vieira, em 1660, foi comemorado com festividades religiosas e profanas, que duraram doze dias e doze noites a eito.

Hinos, cantares, músicas e procissões não constituíam, porém, o amavio único com que os inacinos chamavam os infiéis à vida civilizada e cristã. O maior elemento persuasor tiravam-no êles das suas prédicas e do ensinamento do catecismo, condicionado ao meio brasileiro.

Também o pautarem os padres as suas ações pelas suas palavras, a perfeita harmonia entre a crença e a conduta, granjeava-lhes afeições e simpatias. Sóbrios, caridosos e castos — tais como de ordinário eram todos os filhos de Santo Inácio — aquêles homens negros deviam passar aos olhos maravilhados dos neófitos por libertos das contingências humanas. Às inevitáveis tentações da carne, a que outros sacerdotes sucumbiam, por vêzes prematuramente, em meio da exuberante natureza equatorial, pareciam êles insensíveis. Desconheciam, ademais, naquela quadra gloriosa da vida da Companhia, interêsses outros que o da religião.

Não obstante tantos e tão valiosos elementos de triunfo, não lograram os padres desarranjar de pronto do espírito grosseiro do catecúmeno a influência dos hábitos e crenças ancestrais. Regorgitava a Serra Grande de brasilienses de tôdas as procedências. Na áspera e solitária lombada, vinham constantemente aposentar-se grandes hordas vermelhas, alhures vencidas na rude peleja contra o invasor branco e seus aliados ou tangidas das vizinhas capitanias nordestinas pelas aperturas da concorrência vital. Aquelas migrações repetidas carreavam almas indomáveis, que não se deixavam prender pela palavra, nem pelas ações dos sacerdotes, e o que era mais grave, constituíam-se, não raro, obstáculo sério à conversão dos outros idólatras.

Era, na sua maioria, gente oriunda do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco, gente em cuja mente bronca dominavam as idéias heréticas hauridas na intimidade dos holandeses e que, por isso mesmo, devotavam funda antipatia aos lusitanos e muito particularmente aos missionários católicos.

A implacável propaganda anticlerical dos ministros da religião reformada amolgara aquelas almas infantis, abrindo nelas vincos indeléveis.

Êsses bárbaros, impossibilitados, pela sua situação de insurgentes e de herejes, de permanecer na orla costeira, por onde se alargavam seus antigos domínios, haviam buscado o refúgio das serrarias, cujo ambiente lhes era de fácil adaptação; aí, no isolamento e na quietude dos ermos, contavam talhar-se uma evolução cultural coletiva, para a qual se sentiam capazes. Os longos anos de convívio com os batavos no Brasil e mesmo na Europa, no próprio país de origem daqueles estrangeiros, haviam criado neles êsse estado de espírito verdadeiramente revolucionário.

Irredutìvelmente rebelados contra o domínio português, tanto quanto ressentidos com os holandeses, tinham buscado a Ibiapaba na esperança um tanto romanesca de criar, no recesso da selva brasileira, um estado indígena que resistisse à influência perniciosa dos civilizados; queriam uma sociedade de homens livres no coração da América escravizada (6).

Não embaraçava menos o santo apostolado dos missionários a manifesta hostilidade dos pajés e a extrema volubilidade dos tuxaus ou maiorais. Os primeiros, por motivos fáceis de compreender, execravam o branco, qualquer que fôsse o credo e qualquer a raça, e punham todo o pêso da incontestável e maléfica autoridade de que dispunham ao serviço de seu ódio irrefreável; os últimos temiam a severa disciplina moral dos padres, preferindo ir ao sabor dos instintos primevos que os governavam.

A má vontade e acrimônia dos feitiçeiros e a grosseira ma-

(6) De todas as migrações que marcam a história do grupo tupi-guarani, esta é, sem dúvida, a mais interessante sob o ponto de vista sociológico. Assinala o desenvolvimento de uma idéia ou, melhor, marca a concretização de um propósito absolutamente singular entre nativos do Novo Mundo e bem mais nobre do que seria, mais tarde, o dos negros palmarenses. Êstes, reunidos em mucambos, tentariam restaurar um modo de existência já vivido alhures, agregando para isso restos esparsos de uma civilização muitas vêzes centenária, mas já em plena decadência na África; aquêles tinham a firme decisão de constituir uma sociedade nova pela simples adaptação da cultura européia ás suas próprias necessidades.

terialidade dos chefes nada era em confronto com a malìcia contaminadora dos selvícolas protestantes, antigos servidores dos batavos. As populações autóctones viviam ademais dominadas pelo terror pânico da escravidão. E os receios não eram infundados. Atos de violência contra os de sua raça repetiam-se quase diàriamente, praticados às escâncaras pelos colonos, cumpliciados sempre com as autoridades que nos vinham da Metrópole. Trabalhados por toda forma pelos que aberta ou veladamente hostilizavam os padres e sob o influxo do mêdo, os índios viam, em tudo o que dimanasse dos missionários, motivos para temores e desconfianças; tudo lhes parecia embustes e ciladas. Mesmo nas boas ações descobriam intentos tenebrosos e inconfessáveis.

Em sobressaltos periódicos e sérias aperturas materiais viveria, por isso, a missão desde seu início. Três meses apenas depois de criada, em setembro de 1656, soaram entre serranos alarmes que pareciam dar plena razão aos inimigos dos clérigos. Sucedeu, por essa época que, tendo passado o govêrno do Maranhão a Agostinho Correia, deixara André Vidal de Negreiros a cidade de S. Luís e, acompanhado de familiares e condutícios valentes, seguia por terra a Pernambuco. Ano e meio permanecera o herói pernambucano à frente do cargo, em cujo desempenho cumprira a lei com rigor e ponderação e tudo fizera para amparar os jesuítas, de quem cedo alienaria, porém, a boa vontade e as simpatias.

Rotearia o governador o caminho praeiro do Ceará, já aberto pelos holandeses anos antes, com o fim utilitário de melhor explorá-lo, ou tinha em mira simplesmente fugir às traições do mar do meio norte? Não nos cabe indagá-lo. O certo é que, à vigilante atalaia dos selvícolas, não podia passar sem ser notado o trânsito de tão aparatoso séquito. O tropel da cavalgada e a rude marcha dos infantes, embora morressem na brandura das areias litorâneas, pareceu ecoar, mesmo assim, na serra, como uma concreta ameaça aos seus habitantes. Informados pelos vedetas e espiões da aproximação do governador, os índios, já naturalmente suspeitosos, encontraram nisso motivos para novos e redobrados temores. De bôca em bôca, célere correu sem dúvida a notícia de que aquilo nada mais era que uma

expedição de preia armada contra êles. Como se estivesse iminente uma luta de vida e de morte, fortificaram-se da melhor maneira possível, chamando às armas os tapuias seus aliados, que ocorreram prontamente, refluindo das brenhas. Rápido, tudo dispuseram para a reação e para a eventual trucidação dos jesuítas, como único desfôrço cabal contra os brancos. Inùtilmente fizeram tais preparativos, por quanto André Vidal, por inteiro desapercebido dos alarmes que provocara, prosseguiu sem mesmo se deter em Camucim. Tinha pressa em deixar a terra que lhe desfizera tantas ilusões...

Episódios como êste, agitações e desassossegos de tôda a sorte, gerados pelo terror, ao invés de serenarem com o tempo, mais se amiudaram, amargurando a existência dos padres e perturbando-lhes a obra espiritual (7).

Nesse ambiente de desconfianças, prosseguiam os padres seus labores, quando, junto ao fortim de N. S. d'Assunção, rebentou, entre nativos, grave conflito armado, que esteve a pique de subverter no nascedouro a colônia cearense.

Nas vizinhanças dos brancos havia ali duas nações de tapuias, confederadas ambas com os portuguêses, mais inimigas estre si: uns chamavam-se anacés, outros jaguaruanas. Ocupavam-se êstes certa vez em madeirar o pau violeta para o comandante do forte, quando os anacés, agindo de parceria com índios cristãos das aldeias avassaladas, cairam sobre êles. Arrebataram-lhes as mulheres e os filhos, fugindo, a seguir, com o produto da torva pilhagem.

Incapazes, por si sós, de responder de modo eficiente ao atentado que os vitimara, outro remédio não encontraram os espoliados se não recorrer à justiça do Capitão-mor, a cujo serviço estavam. E foram felizes, porquanto, ouvida a queixa, a autoridade prestou-lhes todo apoio, mandando que seus soldados os ajudassem a recuperar a presa. Mais atento ao próprio interêsse que ao de seus governados, sem curar que ambos os contendores eram aliados dos portuguêses, intervinha êle assim

(7) A história dessa missão de catequese e das inúmeras provações sofridas pelos padres jesuítas que a constituíam, vem nos seus mínimos detalhes, no escrito intitulado "Voz Histórica", da lavra do célebre Padre Antônio Vieira. Dêle nos servimos largamente na feitura dêste trabalho.

num conflito do qual, mandava a prudência, se mantivesse afastado. Semelhante conduta era profundamente errada, e dela resultariam funestas consequências.

Como sempre soe acontecer em circunstâncias idênticas, apressurados em executar as ordens recebidas do superior, excederam-se os soldados ao cumprí-las. Escoltando os jaguaruanas, chegaram-se êles aos anacés, que prudentemente se haviam entrincheirado num capão de mato, e um dos homens da tropa dediu-lhes então que libertassem a presa e lhes entregassem as armas, em penhor de paz e amizade. Embora receassem as ciladas do inimigo, os anacés aquiesceram sem grande relutância; confiavam nos seus amigos de além-mar, debaixo da proteção dos quais contavam poder retirar depois sossegadamente. Enganaram-se, todavia, os infelizes. Os jaguaruanas, mal os viram indefensos, acometeram furiosamente, subjugando, de pronto, as resistências antagônicas. Dos quinhentos que formavam o grupo nenhum escapou com vida; todos foram friamente trucidados. Como de hábito, o tacape serviu-lhes de arma para o extermínio (8).

Os lusitanos não intervieram em pessoa no monstruoso drama. Ou por que se julgassem impotentes para reprimir a desordem, ou por que houvessem sido a isso prèviamente industriados, o certo é que se fizeram meros espectadores da chacina. Êsse fato inominável, que, para mal da fama dos povoadores, nada tinha de inédito nem original nos fastos históricos da colônia, repercutiu, qual era de esperar, desalentadoramente no espírito da indiada. Foi mais um rude golpe no já de si tão minguado prestígio do reinol.

Um grito de indignação e revolta solidarizou os indígenas de todas as parentelas. Contra a traição dos brancos, julgada danosa à segurança comum, clamaram mesmo os gentios mansos da Capitania, assim vassalos como aliados.

Notando êsse movimento de unânime repulsa ao traiçoeiro conluio que tanto anuviou a vida no Ceará, dizia Vieira:

(8) O incidente, embora trivialíssimo, vai aqui registado por que mostra, mais uma vez, como entre si agiam os ameríncolas, quando ajudados e instigados ao crime pela má fé do colonizador luso. Desvenda, outrossim, em a sua rudeza, a alma astuta do nativo.

"Clamam [os nativos] contra os interêsses do Capitão e contra a lealdade dos soldados, o que lhes ensina a dor e a justa ira; e talvez se precipitassem em ameaça contra a fortaleza, e contra a vida de quantos estavam nela".

Em tais dificuldades se achou por fim o núcleo luso-brasileiro, que o almoxarife e o Capitão do presídio, compreendendo o alcance da reação, resolveram apelar para os padres da Ibiapaba, pedindo-lhes, em nome de Deus e del-rei, que os acudissem em tão amargurado transe. Fiavam-se, justamente, na autoridade moral que os missionários sabiam impor aos nativos, para conciliar os ânimos e prevenir maiores desatinos.

Sempre dispostos a todos os erforços e a todos os sacrifícios em bem da religião e do próximo, consentiram êstes em atender aos emissários cearenses. Sem medir conveniências nem comodidades, partiu apressado o Pe. Ribeiro a caminho do Ceará, afrontando todos os riscos e todos os perigos (9). Partiu só, por temer que, deixando êle e seu companheiro a serra, os índios, sempre suspeitosos e inclinados a pensamentos maus, se pusessem em rebeldia, julgando-se abandonados ou traídos.

Em seu posto de sacrifício, entre os névoas do planalto, permaneceu o padre Pedro Pedroso como a garantir a lealdade dos padres e a aquietar o terror obsidente da indiada. Cumprindo sua missão pacificadora, principalmente aquietou o Pe. Ribeiro aos gentios cristãos das aldeias avassaladas, mais fáceis de manejar e convencer. Depois, foi a vez dos anacés; trabalhados com brandura, também êles esqueceram os parentes mortos, renunciando aos justos desejos de vingança.

Enraivecidos do feito covarde e contando talvez ainda com o velado apoio das autoridades capitaniais, ùnicamente os jaguaruanas continuavam em armas, espalhando o pânico entre os contrários. De uma feita, estando o missionário a dizer missa numa das aldeias cristãs, êles a puseram em cêrco, matando ou ferindo muitos dos seus habitantes. Não havendo lugar, nem

(9) Êsse ato põe em relêvo o sentimento de patriotismo e o desejo de cooperar com os agentes da Metrópole para a maior segurança e desenvolvimento da terra brasileira, ideais que sempre nortearam as ações dos jesuítas aqui radicados por fôrça de suas missões.

meios para uma reação eficiente, pois eram 400 os assaltantes e apenas 40 os assaltados, alinhavou o sacerdote a cerimônia com a pressa que o perigo iminente estava a requerer e, subindo na fraca tranqueira circundante do povoado, enfrentou com denôdo os agentes agressivos. Fê-lo, não num heroísmo humilde para suplicar ou para dizer-lhes palavras de concórdia, mas para invocar Deus e chamar sobre êles as cóleras divinas. A intervenção deu resultado proveitoso. O vigor de suas ameaças causaram impressão nos atacantes, dominando-lhes os arrebatamentos sanguinários. Vencidos e humanizados pela palavra enérgica do sacerdote, retiraram-se, salvando-se, por êsse modo, os índios mansos do completo aniquilamento.

Três dias depois do incidente referido, tornaram os jaguaruanas ao fortim, para propor pazes a seus contrários. O oferecimento, que consolidava mais um triunfo espiritual da Igreja, foi desde logo aceito e as pazes celebradas em presença do Capitão-Mór e do próprio padre Ribeiro.

Desviado o golpe que a insídia dos jaguaruanas e a atitude interesseira do Capitão-Mór armara contra a vida de todos, não deu o zeloso apóstolo por finda sua benemérita tarefa. A exaltação dos primeiros sucessos parecia haver estimulado nêle o desejo de novos e mais heróicos cometimentos no campo da fé. Alargando o campo de sua legítima ambição, empreendeu o doutrinamento dos moradores das duas aldeias avassaladas das cercanias do fortim, que, à maneira dos seus iguais da Ibiapaba, estavam no mais completo abandono espiritual. Formavam êles uma estranha mescla de gentios ateus e de índios protestantes, a quem a solicitude do ministro holandês Kempis, abrira as portas da cristandade. As virtudes evangélicas, vasadas a custa em seus cérebros obscuros, broxuleavam prestes a extinguir-se. Também nesse setor a atuação do padre seria das mais felizes e fecundas, pois, a pesar da ação desagregante de alguns reacionários, logrou chamar todos ao grêmio da santa igreja católica. Restava agora render a próprio alma do conquistador, tarefa verdadeiramente árdua; a crermos os cronistas da Companhia; entenebreciam já então o estreito ambiente da colônia nordestina abusos de tôda sorte. Como alhures, por tôda parte, na América, a chama da violência e da cobiça la-

vrava irreprimida, incendiando espíritos e corações. Não encontrando barreira a seus excessos, os oficiais, já naturalmente ambiciosos e inclinados à violência, desmandavam-se fàcilmente, praticando tôda sorte de arbitrariedades. Quanto às praças, agressivas, licenciosas e brutais, viviam a vida desfreada dos sentidos.

Com a bravura de sempre, resolveu o Pe. Ribeiro tentar mais uma cruzada apostólica contra os males morais que afligiam os oficiais e soldados do Ceará. Despertando pelas prédicas os sentimentos de caridade e de justiça, apontando a brancos e mestiços as asperezas das penas eternas, vencendo a todos pela bondade, logrou triunfar plenamente em campo onde haviam fracassado tantos capelães do presídio, malgrado suas exortações e ameaças. Alcançou mesmo emancipar trinta índias, na maioria casadas, que os soldados haviam seduzido com engodos pueris para lhes servirem de criadas e de amantes. Forcejou também por defender os maridos. Êstes outra coisa não faziam se não trabalhar, sem remuneração nem repouso, em proveito dos capitães da fortaleza. A opressão revestia-se do mesmo aspecto odioso, corrente quando dominavam o Ceará os holandeses, que tirânicamente haviam subjugado os nativos, extraindo de seus esforços tudo quanto podiam. Arredios ao trabalho escravo, êles se tinham então revoltado vitoriosamente contra o jugo flamengo. Estavam, porém, agora tão alquebrados, que não se sentiam capazes de repetir a cruenta e heróica proeza levada a cabo em 1644. Tampouco podiam retornar à vida errадia ou emigrar para uma região onde a vida fôsse alegre e fácil, como haviam feito outros grupos nativos, mais numerosos e aguerridos. Tolhia-os a iniciativa de semelhante aventura o terror dos feros tapuias cariris, em cujas mãos tanto dos seus haviam encontrado a morte, ao tempo das correrias e deserções marcantes da volta do Ceará ao domínio luso, pelo tratado de 1654.

O proceder anticristão dos portuguêses e suas façanhas são, aliás, denunciados por Vieira em um dos seus longos e causticantes libelos contra a escravidão vermelha.

"Dos maridos se estavam servindo os capitães para seus interêsses, com tanta opressão dos miseráveis, e tão pouco e tão

enganosa satisfação do contínuo trabalho ou cativeiro, em que os traziam, sem descansar jamais, que se podia duvidar quais eram dignos de maior lástima, se as mulheres no torpe serviço dos soldados, se os maridos no injusto dos capitães".

Em abono dos acusados, deve-se, todavia, considerar que tal conduta era uma consequência, por assim dizer, necessária, da velha ordem econômica reinante entre nós e que baseava a riqueza particular na injusta sujeição do negro e do índio. Ademais, amores ancilares que, entrelaçando as três raças, tanto fizeram proliferar a mestiçagem, eram correntes na colônia luso-americana e o seriam pelo tempo em fora, enquanto nela durasse o instituto nefando da escravidão. O espetáculo, sem dúvida constristador e escandaloso para a alma mística do Pe. Ribeiro, a ninguém chocava, nem mesmo aos próprios padres seculares. Era, pois, um drama vulgar, que as autoridades toleravam, quando dêle não participavam ativamente, êsse de que nos fala com tanta acrimônia o grande Vieira. Ademais, não havia profunda diferença entre a existência miserável dos selvícolas mansos, tal como no-la pintam os cronistas, e a do elemento alóctone, para quem a vida, insegura e precária, continuava a ser, no Ceará, um verdadeiro rosário de provações. Os anos decorridos, desde que a criação do fortim de S. Sebastião firmara definitivamente o direito de posse do branco ao nosso solo, em nada haviam mudado o ambiente social e o clima econômico do Ceará. E não era mesmo possível alterá-los, de vez que, até meados do terceiro quartel do século XVII, o imigrante europeu aí não se radicara ainda. A cultura lusitana, de novo transplantada para a capitania nordestina, em virtude da capitulação da Taborda, continuava a gravitar em de redor do presídio que nos haviam legado os batavos; permanecia insulada dentro dos estreitos limites que marcavam a máxima expansão dêsses invasores, quando moirejavam no inútil afã de descobrir e colher as riquezas minerais que opulentavam a terra. Tampouco se esboçara ainda o movimento de penetração visando à conquista do *hinterland* cearense, para nele desenvolver a pecuária. O sertão continuava, pois, desconhecido e inacessível ao homem branco; no rumo da catinga, o chamado gentio de corso e as feras bravias estavam de atalaia

contra qualquer tentativa de invasão de seus domínios. Os próprios produtos agrícolas da orla costeira eram de dificílima obtenção, pois o solo áspero não podia ser convenientemente cultivado por falta quase absoluta de instrumentos. Mesmo as plantações de milho, feijão e melancia, para as quais era de uso aproveitarem-se as croas emersas dos rios das redondezas e os vales frescos das serras próximas, dia a dia se tornavam, por isso mesmo, mais raro, e davam safras minguadas e chibras.

Com o propósito de atender a todos os aspectos do problema sócio-religioso que se lhe defrontava e para cuja solução não podia, como era natural, contar com o apoio das autoridades locais, encaminhou-se o Pe. Ribeiro ao Recife. Ia avistar-se com o Capitão-General de Pernambuco, que anteriormente tanto o animara a persevarar em seus trabalhos de evangelização na sede da antiga capitania de Antônio Cardoso de Barros. Pretendia defender perante êle a causa dos neófitos, que com tanto trabalho lograra trazer à comunhão católica, contra os pretensos direitos dos militares que guarneciam o fortim de N. S. d' Assunção, emprêsa crespa de dificuldades, em cujo desempenho haveria infelizmente de fracassar.

São conhecidas as peripécias que marcam a peregrinação do padre através do nosso praial ocêanico e seus labores missionários. Dando mostras de um espírito de iniciativa que em nada ficava a dever aos grandes apóstolos da Companhia, alongou a jornada para visitar e fortalecer em sua fé os índios católicos, remanescentes das antigas missões jesuíticas de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande, que os azares da guerra holandesa haviam dispersado ao longo daquele trabalhoso caminho. No Recife, não lhe correram as coisas de feição. (10) Fazendo

(10) Assinalando o insucesso que baldara os esforços do Pe. Ribeiro junto ao Governador de Pernambuco, assim se externa o Pe. Vieira: "Com esta proposta passou logo o mesmo padre para Pernambuco, posto que não foi admitido, como nunca serão aquelas em que o bem temporal ou espiritual comum se encontra com o interêsse dos particulares que governam". A afirmativa, que denuncia o travor de numerosas decepções e a hostilidade sempre renovada do insigne orador contra o amigo de outros tempos, não se justifica. André Vidal, edificante exemplo de tôdas as virtudes, administrou sempre com equidade e firmeza, mostrando, ademais, particular solicitude em ajudar e proteger os nativos.

perante o governador Vidal de Negreiros o balanço dos sofrimentos daqueles a quem tinha em mira amparar, indicou-lhe como solução conveniente a transferência das duas aldeias missionadas do Ceará para Pernambuco. Sabia, através da experiência secular da Ordem no Brasil, quão nocivo para os catecúmenos de ambos os sexos se tornava o contacto demasiado íntimo dêles com a milícia dos presídios e, assim, esperava premumir a família indígena dessa influência corrutora. Bem compreendendo, porém, ser o braço do gentio doméstico imprescindível à subsistência dos soldados ainda não familiarizados com os segredos da terra, propôs igualmente que, à maneira de como se procedia em relação à tropa, que era mudada cada ano, fossem os selvícolas mansos, requeridos para o serviço público, substituídos também periòdicamente por outros vindos do Recife. Na opinião do padre, tinha tal sistema dupla vantagem. Sem privar os colonos dos trabalhadores de que careciam, assegurava-lhes a possibilidade de receberem assistência religiosa mais regular e eficiente do que a ministrada pelo capelão da fortaleza, sempre assoberbado de obrigações. Na sede do govêrno da Capitania Geral viviam missionários jesuítas sempre numerosos e prontos a doutrinar os brasilienses recém-convertidos, impedindo que outra vez resvalassem para o grosseiro animismo em que haviam crescido. Também muito haveriam de lucrar as mulheres e as crianças com a mudança para longe daquele terrível foco de contaminação moral.

Posto que percebesse os escrúpulos e nobres propósitos do padre, o Governador não julgou conveniente anuir a êsse projeto beneficiador da comunidade indígena. É que estava em jôgo a própria vida da remota colônia lusa. Os selvícolas mansos, além de indispensáveis ao serviço particular dos brancos e aos pesados e rotineiros trabalhos do forte, representavam, em conjunto, uma fôrça auxiliar de inestimável valia na defesa da terra contra os piratas estrangeiros, que, não raro, aproavam em costas do meio norte. Eram, por outro lado, também os guerreiros e maiorais dos povoados cristãos sempre reclamados para integrarem as bandeiras de resgate e as expedições punitivas armadas, pois, as aldeias avassaladas permanecer onde estavam, por imprecindíveis à própria existência dos núcleos de

povoadores europeus abrolhados ao longo do costão nordestino. Removê-las daí seria, portanto, ato impolítico a que nenhum dirigente se abalançaria.

Tendo sido mal sucedido em seu tentame, tornou decepcionado o Pe. Ribeiro ao Ceará, velejando no mesmo barco em que, pouco antes, André Vidal singrara da enseada do Mucuripe até Pernambuco.

Enquanto o Pe. Antônio Ribeiro dava solução pacífica ao dissídio que ameaçava erradicar novamente da capitania do Ceará a civilização lusitana, padecia horas de amargura e transe o seu companheiro de apostolado.

Era a Ibiapaba uma região de clima ameno, mas pouco produtiva e batida, de quando em vez, pelo flagelo das estiagens prolongadas. Disseminados por aquêles amplos chapadões, sofriam assim seus moradores perpétua fome. Podiam, é certo, suprir as suas necessidades alimentares com os abundantes produtos do mar que lhes ficava a duas jornadas de marcha. Eram, porém, excessimente apáticos e raro rumavam para as praias em busca de vitualhas, preferindo subsistir com os magros recursos próprios àquelas agrestes serrarias. Alquebrados pela miséria crônica, nem sempre estavam em condições de valer ao padre missionário que curtia, por isso mesmo, terríveis privações. Períodos houve de tanta penúria, que a sua alimentação cingia-se a duas espigas de milho sêco, assadas por suas próprias mãos. É ainda o insigne orador sacro quem consigna e nos transmite a notícia dêsse terrível drama de aperturas físicas e morais, Ouçamo-lo num trecho apenas de sua narrativa inapagável:

"Muitas vêzes às horas do jantar [escreve Vieira] mandou [o Pe. Pedro Pedroso] com um prato pedir uma pequena de farinha pelas portas, tal é a miséria ou o castigo do sítio em que vive esta pobre gente e por cuja conversão fazem tantos excessos; nem os que lavravam a tinham".

E acrescenta :

"Alguma jornada fizeram de mais de sessenta léguas, em que levavam a matulatagem na algibeira, que era um pouco de milho debulhado, que a não ir tão bem guardada se não pudera defender à fome dos companheiros".

Esclarece ainda que, em suas viagens apostólicas, teve o Pe. Pedroso não raro nacessidade de ingerir cactos bravos e raízes de mandu-rapó, planta essa tão rude, que só as emas que passam por ter o estômago de ferro, a comem habitualmente. Para lhe aumentar mais ainda as angústias e os sofrimentos, persuadiram-se ademais, os da Ibiapaba, que o jesuíta ausente fôra á cata de fôrças armadas para fazê-los cativos, arrancando-os àquela vida, que para êles possuía, sem dúvida, múltiplos enleios. Tornam-se as aldeias missionadas mais uma vez, teatro de acontecimentos sensacionais. Repete-se o vai-vem desordenado, a lufa-lufa dramática, própria das improvisações de meios de defesa em plena tormenta bélica. Na prevenção de serem insuficientes os elementos de resistência de que dispunham, puseram-se os índios a abrir uma trilha através da mataria, por onde entendiam retirar, no caso de não poderem enfrentar com vantagem os portuguêses. A mata oferecia meios mais eficientes de defesa e maiores possibilidades, caso o eventual adversário fôsse induzido a seguí-lo até ali. Indiferente ao perigo, o padre se desdobra e multiplica em trabalhos, tentando dissuadí-los dos vãos temores e das infundadas desconfianças que os afligem. Malogram-se-lhe os intentos. Suas palavras não despertaram eco no coração daqueles bárbaros; quando ouvidas, mais não logram que exacerbá-los. Assim, esperava o solitário apóstolo a todo momento partilhar a sorte do Pe. Pinto, enriquecendo o rol dos mártires da Companhia de Jesus, quando, desacompanhado e sereno, surgiu na serra o Pe. Antônio Ribeiro, tirando-o a tão cruel tormenta. Cansado de esperar no Ceará certas instruções que solicitara ao Provincial, vinha reunir-se ao companheiro.

Ocorre, nessa hora solene, o milagre que se renovaria ao tempo da visita de Vieira à serra, em 1660. Os alaridos e as violências cessam como que por encantamento. Já não havendo motivos para receios e sobressaltos, passam os selvícolas, com a versatilidade própria da raça, da extrema reserva ao extremo abandono, de irrequietos e suspeitosos a exageradamente confiantes.

Entretanto, a notícia de que o reverendo Antônio Ribeiro abandonara a serra e sòzinho se passara ao Ceará, aqui perma-

necendo, sen ter chamado a si o colega de hábito, chegou aos ouvidos inquisitoriais do Pe. Visitador, quando de sua estada no Maranhão. Qualquer que fôsse o motivo determinante de tal proceder, contituía êle uma grave falta para um jesuíta, pois os rígidos preceitos regulamentares da Ordem vedavam andarem os missionários isolados. Baseado nisso, resolveu o Visitador ordenar que os padres abandonassem a serra, regressando sem perda de tempo ao colégio, em S. Luís.

Embora reconhecendo os louváveis intuitos que haviam animado Vieira a criar a missão da Ibiapaba, assustava-o o insólito ato de indisciplina do Pe. Ribeiro. Também a dificudade de serem ambos os sacerdotes socorridos e visitados com a necessária assiduidade em paragens tão ermas e de acesso tão laborioso não o intimidava menos. Fatos imprevistos e como que providenciais, dos quais alguns já referidos, tornavam, todavia, impossível o cumprimento imediato dessa determinação superior (11). Durante ano e meio uma série de dificuldades supervenientes e desencontros casuais baldariam os empenhos e esforços envidados pelos jesuítas dos estados do Maranhão e do

(11) A ordem do Visitador, transmitida em carta ao Pe. Antônio Ribeiro pelo mesmo barco que transportara da Baía para o Maranhão êsse dignatário da Companhia, não chegou ao seu conhecimento. A embarcação-correio escalou, como de costume, no local da futura Fortaleza, onde êle devia estar, mas aí já não se achava o destinatário. Empreendia o Pe. Ribeiro, na ocasião, sua acidentada viagem a Recife, para ir ao encontro de André Vidal. Sempre apressurado e inquieto, também não se demorou em terras pernambucanas; desejoso certamente de se juntar àqueles cuja alma, havia bem pouco, conquistara para Deus, voltou após breve detença ao Ceará. Fê-lo sem a necessária autorização de seus superiores, incorrendo, assim, em nova falta merecedora de maiores e mais severas censuras. Demonstrando seu carinho pelos índios, regressou ao fortim de N. S. d' Assunção sem esperar sequer certas instruções que êle próprio havia solicitado ao Provincial do Brasil. Tais instruções, a pesar de prontamente expedidas por aquela alta autoridade religiosa e segundo as quais teriam de guiar-se os dois missionários cearenses em seus labores apostólicos, muito tardariam igualmente em lhes ir ter ás mãos. Serviu-lhes de portador em primeiro lugar o Pe. Ricardo. Passageiro de um navio despachado para tocar na enseada de Mucuripe e em Camucim, foi êste sacerdote levado, após singrar amarado as águas do Ceará, por motivos fortuitos, diretamente a S. Luís, pôrto para onde se dirigia. A citada embarcação, que, de torna-viagem para Pernambuco, teria de levar a quem dirigidas as instruções expedidas pelo Provincial e mais as novas

Brasil para entrarem em comunicação com os exilados da serra.

Começam as missões e produzir melhores frutos, graças à dedicação atenta e vigilante dos padres com os tabajaras, aldeiam-se os curatis, gentios chamados de corso. Dois anos depois de iniciado o doutrinamento, contava a Igreja nada menos de 2500 catecúmenos. Dêsses, muitos comungavam assiduamente, assistindo aos ofícios divinos com tôdas as manifestações exteriores de cristandade. Mesmo os relaxados faziam ensinar aos filhos o catecismo e artes, animando-os melhor para a vida civilizada.

Pos êsse tempo, vencendo o sortilégio que vedava a índios e brancos o caminho do platô, ali chegaram correios com a nova de haverem os superiores resolvido a extinção definitiva daquele serviço de catequese e a ordem para o recolhimento dos padres, expressão categórica dessa resolução. Conforme as instruções recebidas, cabia, outrossim, aos missionários comunicar o fato a seus tutelados, explicando-lhes, solícita e pormenorizadamente, os motivos que haviam compelido seus superiores àquela decisão. Aos maiorais proporiam êles a tranferência de suas aldeias para o Maranhão e levariam consigo os que espontâneamente se sentissem inclinados a acompanhá-los.

A atitude das autoridades maiores da Companhia de Jesus no Brasil, longe de entusiasmar os dois beneméritos eremitas com a perspectiva de uma existência em clima mais ameno e pacífico, feriu-lhes profundamente o coração. Havia na serra muito a espreender e realizar no campo da fé e, por maiores que fôssem as razões morais e materiais inspiradoras da ordem, repugnava-lhes abandonar uma obra que apenas começavam a erguer e onde entendiam encontrar ambiente propício a todos os seus sonhos de renúncia e abnegação. Riscos e ciladas ar-

---

determinações emanadas do Visitador, determinações a que já nos referimos acima, não o pôde fazer. Ainda dessa vez o veleiro não deu fundo na costa cearense e os documentos não puderam ir ao destino. Melhor êxito não lograram as tentativas realizadas por terra para remeter cartas aos padres. Os três estafetas indígenas sucessivamente enviados a tal fim regressavam, findos alguns dias de ausência, desistindo do encargo, amedrontados uns com os simples impedimentos dos caminhos, receosos outros dos ataques da tapuiada.

madas pela solércia dos nativos, agruras de fome, tão amiude curtidas, perseguições e violências, nada lograra entibiar o ânimo daqueles paladinos. Os resultados colhidos até ali eram, sem dúvida, pouco promissores, mas êles aguardavam confiantes época melhor. Abriam-se-lhes ante os olhos os horizontes infinitos da esperança. Seguindo o preceito de S. Paulo, queriam levar a caridade até o sacrifício. Ademais, a existência afanosa e semi-nômade que levavam, a peregrinar de aldeamento em aldeamento, tinha suas belezas e seus encantos. Corporificava um ideal para êles, o ideal de serem úteis à infeliz raça americana.

A insólita resolução do Visitador veio, assim, lançá-los na maior perplexidade. Oprimidos e atormentados se viam perante o mesmo terrível dilema entre cujas aperturas iria mais tarde debater-se o próprio Pe. Vieira. Tinham de opinar entre o respeito às regras da Ordem e seus impulsos sentimentais, entre a disciplina e os sublimados propósitos de dar aos selvícolas serranos a revelação de Deus.

Nesse duelo desesperado e formidável entre o dever e o sentimento, venceu, porém, o sentimento. Esqueceram a lei, deliberando, em comum, não desamparar o pôsto sem novas instruções dos superiores, aos quais escreveram sem perda de tempo. Desobedeceram, infligindo gravemente um dos preceitos fundamentais da Comunidade inacina, que, organizada em milícia como as antigas ordens militares de Idade-Média, tinha na disciplina e na obediência seus mais fortes esteios. Violaram o princípio da perpétua renúncia à própria vontade, levados pelos altos interêsses da caridade e da religião. Transgrediram mais uma vez a lei, para a eterna salvação de seus pupilos. Enquanto aguardavam a resposta, que tardaria, mas que, em última análise, lhes seria favorável, continuaram ambos a enfrentar desassombradamente os perigos e a vencer as provações do seu absorvente ofício.

Também em meio dos indígenas foi a ordem mal recebida e motivou graves apreensões e grandes sobressaltos. Houve tumultos e sussurros de descontentamento, o agudo terror voltava, assim, a empolgar as aldeias. Pelo torturado cérebro da pobre gente passaram, vigorando, pensamentos tenebrosos. De novo

nêles vicejou a soturna idéia de que os eclesiásticos favoreciam os portuguêses, de que eram espiões mandados para arrancá-los às suas terras e fazê-los escravos. Em surdina concertaram, mais uma vez, planos sinistros de assassínio. A conspiração, delatada aos padres por compartes dos mais influentes, não devia, porém, ter lugar. Uma fôrça superior — a santidade da causa que defendiam — parecia velar pela preciosa vida dos missionários.

Como a proposta do Visitador não fôsse pelos nativos julgada equitativa, os mais chegados à religião, assentaram pedir também por conta a revogação da ordem (12). O chefe principal de tôda a comunidade serrana, que se encarregou de escrever diretamente aos padres superiores sôbre o assunto, fê-lo, afirma Vieira, com grande sagacidade, dizendo:

"Se para sermos vassalo d'El-Rei e se por sermos cristãos, filhos de Deus, Deus está em toda parte..."

Os argumentos eram, como se vê, bem fundados e de certa forma, irretorquíveis, o que bem demonstra a argúcia mental e a sutileza de alguns de nossos índios.

Chegaram as cartas do Maranhão a 9 de Julho de 1658 e por que lá não estivesse o Pe. Visitador, em viagem apóstólica pelo Grão-Pará, ficaram os emissários a esperá-lo por algum tempo. Nêsse comenos, desembarcava em S. Luís D. Pedro de Melo, o novo governador do Estado, trazendo recomendações do rei para que nenhuma alteração fôsse feita nos trabalhos do doutrinamento dos moradores da Ibiapaba. Segundo anota ainda o insigne Padre Vieira, o monarca lusitano, justificando-se perante seus próprios vassalos, alegava existirem, para que assim se procedesse, "muitas razões do bem comum do Estado e da cristandade".

Como o Visitador continuasse ausente e urgisse dar uma

---

(12) Os mensageiros destacados para levar a correspondência conduziam igualmente cartas vindas do Ceará, cheias de queixas de Algodão, maioral que residia nas vizinhanças do forte de N. S. d' Assunção. Tomado de amores pelas coisas do espírito, nelas recriminava o índio ao Padre Ribeiro havê-lo abandonado, a si e aos seus, e solicitava dos superiores da Ordem, no Maranhão, que dessem um substituto ao missionário que tanto fizera por êles.

solução ao apêlo dos neófitos da serra, Vieira deliberou-se a resolver pessoalmente o caso. Não querendo desatender ao soberano, cujos desejos tão bem acordavam com os seus, ordenou, por isso, que os sacerdotes permanecessem no exercício do seu santo ministério, no conturbado ambiente serrano até que, sôbre assunto de tanta monta novamente se pronunciassem as autoridades maiores da Companhia (13). Êle próprio, alvoroçado, ao que parece, no seu fervor catequista, pela atitude de seu superior imediato, tomou a peito advogar, perante o Provincial do Brasil, o prosseguimento da missão serrana, obra de que fôra indubitàvelmente o artífice máximo. Expondo os seus pontos de vista, em estilo modelar, escrevia, em data de 10 de junho de 1658, o valido de D. João IV, amigo e conselheiro da regente D. Luísa :

"As razões que há para se continuar aquela missão, as quais por maior são as seguintes :

> 1ª — Porque o mais urgente motivo que os Superiores tiverão para mandar aos Pes. da missão foy a desordem de hu se apartar do outro, e de o Pe. Antonio Ribeiro se ir ao Seará e a Pernambuco, deixando seu companheiro na serra; mas esta desordem ia está emendada, pois ia fição os Pes. iuntos nem se apartarão outra ves, pois desta lhe foy tão reprehendido e estranhado.
>
> 2.ª — Porque a razão fundamental de não se haver de conservar aquella missão era não poderem os Pes. ser socorridos nem visitados: e esta resão. cessa totalmente com a fortaleza que el-Rey manda fazer no Camoci, que he o porto maritimo da Serra por onde se podem socorrer e visitar os Pes. e isto sem nenhum empenho nosso, porque he força que el-Rey o faça para mandar o soccorro dos soldados,

(13) Os correios indígenas que procediam da Ibiapaba deviam para lá regressar sem demora e seguir depois para o Ceará, com a correspondência vinda da Metrópole para o Capitão-Mor daquela praça forte. Era então a Ibiapada o ponto de passagem obrigatória para os que, partindo de S. Luís, demandavam por terra a sede da capitania cearense. (Veja-se: "Vias de comunicação do Ceará Colonial").

e esta fortaleza se ha de fazer no principio do anno q'vem, em q' são as monções.

3.ª — Porque seria genero de crueldade e impiedade grande deixar tanto numero de Almas expostas a perdição tam manifesta, depois de nós as gerarmos a Christo e com ellas deixarmos juntamente a empreza e esperança de tantas outras q' por meyo daquellas e debaixo de sua amisade, se podem trazer á Igreja.

4.ª — Pello bem comum da Republica, de quem nós tambem sómos membros, e pello particular e particularissimo das outras missões deste Estado, as quaes todas ficarão grandemente danificadas, e perturbadas se os Olandezes entrassem outra vez nesta costa, com q' totalmente ficará impedido o recurso da Prov.ª por terra; e o da Prov.ª e de Portugal muito dificultoso.

5.ª — Porque el-Rey por estas mesmas causas ha de pedir missionários da Companhia que rezidão nestas terras, e com estes Indios (como dis nas suas cartas e ordena ao governador lhe avise), e sendo força deferir a instancia tão poderosa não seria resão q' deixemos agora os Indios, q' depois havemos de tornar a buscar, não só com certesa de neste meyo se perderam muitas Almas, mas com muito risco de as pedermos todas, porque a nossa retirada ha de por os Indios em grandes sospeitas e desconfianças de que se não podem segurar senão ou metendo-se com os Olandezes ou metendo-se mais pellos mattos.

6.ª — Porque se nós nos retirarmos destas Christandades, entrarão os Frades nellas, e por conseguinte tambem nas outras, porque não he justo que elles tenhão só as trabalhosas e difficultosas, e os inconvenientes desta mistura com frades bem tem experimentado a Companhia em outras missões, e em nenhuma podem ser mayores que nesta, como ia no outro papel se tem representado a V. R.

7.ª — Porque seria hu exemplo muy injurioso

para a Companhia verse nesse Estado e dizer-se em todo mundo que deixamos os Indios nas gentilidades depois de os batizarmos, e que só queremos as Almas onde he descanço e proveito, e que por hua parte publicamos dezejos de martyrio, e por outro não queremos estar senão onde ha comodidades para a vida, e outras muitas afrontas com a pureza e a generosidade de nosso instituto, que quando não sejão verdadeiras tem muito fundamento para parecerem.

8.ª — (E em que muito se deve reparar). Porque verdadeiramente parece tem mostrado Deus que quer esta missão se continue e que os Pes. se não sayão della. Porque tendo-se procurado sete vezes por mar e por terra que chegassem a este Pes. as ordens em que os Superiores os mandavão retirar, sempre ouve impedimentos extraordinarios para que as ditas ordens ou não fossem ou não chegassem, e quando agora avia portadores tão certos como estes Indios da Serra, ordenou Deus que na mesma semana chegasse o governador com as novas ordens del-Rey com que as dos Superiores se hajão de suspender. Sem duvida tem Deus provido áquellas Almas este meyo de sua predestinação e he infalivel haver-se de conseguir.

9.ª — e a ultima. Se a Companhia se ha de parecer comsigo mesma, nós não vemos porque esta missão se haja de desempenhar, e deixar, quando se não deixa a de Angola em Portugal, a de Canadá em França, as de Japão na India, e outras de inifinitos perigos e distancias, sendo que os portadores destas ultimas cartas vieram do Camuci em 15 dias, e se tiveram nos Rios comodidades de passagem(como a poder aver avendo fortaleza) poderão vir em 10 e em menos.

Se ha tantos que vão de Roma ao Japam por hua Alma, não averá quem va do Maranhão ao Camuci por tantas? Deus nos dê muito de seu espirito.

Como era natural, a notícia da chegada do governador e a resolução do Superior dos Jesuítas, transmitidas aos gentios da serra, foram motivos de grande alegria entre êles. Reunidos os principais, deliberaram deputar uma comissão a dar boas vindas à primeira autoridade administrativa do Estado e cumprimentar o Padre Vieira, agradecendo-lhe a resolução adotada. Igualmente, despacharam para o reino Ticuna, filho do maioral mais antigo do lugar, e êle próprio também já muito conceituado em seu meio social. Êsse jovem, que depois viria a chamar-se D. George da Silva, ia beijar a mão de Sua Magestade Fidelíssima e exprimir-lhe o reconhecimento da tribo pelas recentes ordens expedidas em favor das missões. Os emissários, recebidos e homenageados com festas e atenções pelo Governador e pelos missionários, ficaram, como de hábito, hospedados no próprio colégio dos jesuítas. Político manhoso, D. Pedro de Melo valia-se de mais essa ocasião para melhor cimentar a amizade de Vieira, cujas condescendências tão bem saberia aproveitar no interêsse de sua insaciável cobiça.

Seguindo Ticuna ao Reino, tornaram às aldeias os demais, presenteados e felizes; levavam a acalentadora promessa de Vieira de que iria visitá-los pelo São João do ano seguinte. Encheram-se de vaidade e júbilo os planaltenses com a promessa e por tal forma, que, com a antecipação de meses, mandaram nova embaixada, composta de tabajaras da serra e gentios pernambucanos, com o encargo de levá-lo ás suas terras. Sucedeu, porém, que Vieira não estava então em S. Luís. Retido no Pará, realizava a obra formidável de reduzir os aruãs e neengaíbas, integrando por essa forma, no império colonial português, cem súditos cristãos. Os mensageiros foram dêsse modo obrigados a permanecer no Maranhão, até que êle houvesse regressado e pudesse dar cumprimento à palavra empenhada.

Prolongando-se a demora demasiadamente, começou a correr nas tabas, propalado pelos tapuias, o vago rumor de que D. George fôra assassinado pelos portuguêses e que seus companheiros, reduzidos ao cativeiro, estavam agora servindo nas casas e fazendas dos colonos e jesuítas. O Padre Superior, é certo que viria vê-los, mas seguido de numerosos séquitos de gente armada para escravizá-los. Como sempre fàcilmente acei-

tas pelos selvícolas, já tão atormentados pelo mêdo, tais aleivosias não tardaram a frutificar. Suas grandes aldeias desagregaram-se ràpidamente, subdivididas em numerosos pequenos povoados. Tresmalhada, a pobre gente cria melhor poder escapar à tática corriqueira dos preadores, que era cercar os nativos e colhê-los todos juntos. Segundo hábito corrente, voltaram as suas iras contra os missionários, assentando eliminá-los violentamente, se, até a Páscoa daquele ano, não ficasse provada a falsidade de tais boatos, como os padres insistiam em afirmar.

Não ultimaram, porém, as ameaças. Muito antes do prazo prefixado para a matança, apresentavam-se sadios e contentes, escoltando o padre Vieira, os selvícolas tidos por escravizados. Pela terceira vez, os padres escapavam com vida ao conluio de seus próprios discípulos e protegidos. Com êles vinha D. George, que, carregado de presentes, regressara havia três meses da metrópole lusitana. Seguiam a Vieira, além dos índios, o alferes Jorge Correia da Silva, com um troço de soldados brancos e mais o padre Gonçalves de Veras, que devia substituir o padre Antônio Ribeiro nos labores da missão serrana. O Padre Veras era português de origem e chegara ao Brasil pelos fins de 1659, acompanhado de mais quatro jesuítas, dos quais três compatrícios seus. Na luzida comitiva vinham viajantes de vulto, tais, os carmelitas frei Antônio da Assunção, frei Inácio, antigo prior do convento da Ordem no Maranhão, e frei Padre de Madalena, três vêzes provincial de sua comunidade no Brasil. Êsses regulares, também lutadores eméritos pela causa dos aborígenes brasileiros, pouco estacionaram na Ibiapada. Apenas chegados, prosseguiram viagem em demanda ao presídio do Ceará.

Se bem não fôsse então totalmente desconhecida a costa leste-oeste, o trânsito pela beira-mar continuava a ser demasiado insegura para tão pacíficos caminheiros. Salutar e grandemente proveitosa à obra missionária foi a visita de Vieira aos gentios da Ibiapaba. Não esquecendo nunca a condição de inacino, seu primeiro cuidado, ao pisar o solo do planalto, foi erigir em padroeiro da missão recém-fundada a S. Francisco Xavier, nome tão caro aos jesuítas e símbolo das arremetidas heróicas e incruentas da Companhia de Jesus no Oriente. Fazendo rezar novena solene em louvor do glorioso patrono, êle e

sua comitiva agradecem ao Onipotente, que lhes guiara os passos, o benefício da vida. A seguir, valendo-se da irresistível simpatia que soube, desde logo, inspirar, Vieira acomodou os ânimos da indiada e restabeleu-lhes a confiança em seus mentores espirituais. Para corresponder condignamente à amabilidade da visita os chefes de maior prestígio e autoridade vieram prestar-lhe homenagem de admiração e obediência, havendo a seguir festanças ruidosas e prolongadas. Entusiasmos loucos fazem vibrar tumultuàriamente o coração primitivo de todos os selvícolas.

A múltiplas cerimônias rituais e comemorações profanas presidiu Vieira em sua curta permanência no Ceará. Entre as mais solenes, destacar-se-ia o casamento de alguns caciques tabajaras, cujas celebrações, conforme já foi referido, se alongaram ininterruptas por muitas noites e muitos dias. Vários naturais, atraídos e fascinados pelo tom bulhento das festividades, pelos pequenos presentes profusamente distribuídos e, sobretudo, pela palavra convincente do grande e infatigável missionário, deixaram-se batizar; outros se confessam, abandonando de vez a poligamia, de que tanto se enorgulhavam. Com tamanha deligência e tacto encaminhava êle os negócios religiosos e terrenos da missão, que, ao deixá-la, tudo voltara à normalidade. De regresso ao Maranhão, pôde mesmo conduzir consigo os gentios pernambucanos que constituíam o elemento por excelência reacionário e desagregante do ambiente serrano e, de certo modo, aliviar os padres de seus constantes pesadelos. Concretiza-se, por êsse modo, a vitória da palavra apostólica sôbre uma verdadeira Tróia vermelha em formação, Tróia que talvez muito houvesse de se expandir e perdurar antes de ser afogada em sangue, como sucederia com os mucambos palmarenses.

Era, como se vê, sem limites a dedicação de Vieira e incalculáveis os seus serviços à causa da religião e à expansão do domínio luso nesta parte da América. Expondo o estado em que, na época, se encontravam as comunicações entre as capitanias do meio norte, e pondo em relêvo as vantagens resultantes das missões jesuíticas para o Estado Português, assim se expressa êle em uma de suas cartas ao Soberano:

"O caminho do Maranhão ao Ceará e a Pernambuco que

estava totalmente fechado pelas hostilidades desta gente [isto é, dos índios da serra,] ficou franco e seguro; as praias e navegação de tôda a costa se tornaram livres e melhoradas com o seu comércio. Ficaram reduzidos à obediência e vassalagem de sua Majestade os tabajaras e isto sem armas nem despesas e inimigos jurados dos holandêses em cuja confederação estava a serra da Ibiapaba, o maior padastro que tinha sôbre si o estado do Maranhão e que só temeram os soldados velhos e experimentados desta conquista. Ficaram também domados no vício da fereza e da desumanidade, não fazendo jamais cativeiros injustos, nem matando mais, nem comendo carne humana e guardando as pazes às nações vizinhas por benefício da assistência dos Padres."

No Maranhão, os senhores da terra, os colonos brancos e mestiços e até mesmo as autoridades portuguêsas desconheciam, porém, ou fingiam desconhecer, o esfôrço patriótico e humanizador dos missionários. Vieira nenhuma admiração inspirava àqueles homens alucinados pela cobiça e que nem sempre avaliavam devidamente os próprios interêsses; os dotes de seu imenso coração e a cultura de seu grande espírito eram-lhes indiferentes. Vendo nos padres apenas o obstáculo que os separava da cobiça da presa, o autóctone, obstáculo que urgia desviar, forjaram um motim, lançaram-se a êles e, depois de os prenderem, expulsaram o seu chefe definitivamente das terras nortistas em 1661.

Por êsse tempo, também a missão serrana atravessava uma de suas horas crepusculares. A vida dos padres continuava, é certo, a ser feita de contrastes chocantes, de sofrimentos físicos e alegrias espirituais, que sempre haviam sido, para êles, os maiores estímulos; mas o entusiasmo dos neófitos pelas coisas da religião arrefecera.

Avisado do motim que agitava o estado do Maranhão, o padre Pedroso, receando que contra êle se voltassem as iras dos colonos e lhe coubesse a sorte de seu superior, deixou a missão, buscando refúgio no Presídio do Ceará. Não era, porém, de seu feitio renunciar à luta. Passou a Pernambuco e daí à Baía, donde, mais tarde, regressou por mar, trazendo em sua companhia dois outros sacerdotes, os padres Jacó Cochleo e

Pêro Francisco, também jesuítas. Vinham êstes pregar nas aldeias cristãs sediadas junto ao antigo forte de Schoonemborch e prosseguir dêsse modo os trabalhos de catequese iniciados anos antes pelo Padre Ribeiro (14).

A provisão que a êsse efeito o governador D. Francisco Barreto passou aos padres da Companhia data de 17 de abril de 1662. Nesse ano, o Pe. Pedro Pedroso voltava à serra, para novos trabalhos e novas vexações. Foi insistindo nos seus alevantados propósitos que os jesuítas haveriam de vencer e criar a obra formidável que, cem anos mais tarde, teria que esboroar-se sob o pêso da vingança do poderoso Ministro de D. José I. A boa semente do Evangelho, lançada por Vieira, não encontrara em todos os corações terreno propício para vicejar. Muito tardaria ainda a vitória definitiva do Verbo Divino entre os brasilienses que habitavam aquelas agrestes e dilatadas planuras.

Malgrado os conselhos e admoestações por vêzes bem severas, alguns principais tabajaras, assim da serra como da costa cearense, persistiam vivendo em públiba e ostensiva poligamia, como se isso fôsse motivo de orgulho e a mais nobre e legítima de suas prerrogativas de chefes. Sentindo-se impotente para lutar contra hábitos seculares, tão arraigados quanto es-

(14) A estada do padre Pedro Pedroso no fortim de N. S. da Assunção, pela segunda vez, e suas peregrinações através de Pernambuco e Baía são um dos capítulos obscuros da existência afanosa dêsse benemérito varão. Capítulo interessante, por que lança bastante luz sôbre a gênese e o desenrolar da curiosa, duradoira e até hoje pouco conhecida revolta dos índios da Ibiapada. Da viagem temos notícia por vários documentos fidedignos, notadamente a carta que ao capitão-mór Diogo Coelho de Albuquerque endereçou o governador D. Francisco Barreto em 18 de março de 1663, e a dirigida, em 26 de janeiro de 1660, também por aquela autoridade, a Francisco de Brito Freire, governador de Pernambuco. Menciona o fato igualmente a missiva enviada ao Rei, em data de 20 de abril de 1663, pelo governador Rui Vaz Sequeira. Faz-lhe referência, outrossim, a própria carta escrita pelo Pe. Pedroso. O primeiro documento aludido, isto é, a carta de Barreto ao Governador do Ceará, existe no Arquivo Público do Estado do Ceará (livro II das "Cartas para a Capitania do Norte de 1650 a 1663") e foi publicada pela primeira vez, parcialmente, por Antônio Bezerra, em seu trabalho intitulado "Dúvidas Históricas". O último (a carta de 20 de Abril) vem transcrita no livro "Documentos para a Mistória do Brasil e particularmente do Ceará", da autoria do Barão de Studart.

candalosos, e cuja prática constituía ofensa grave à moral do nascente agregado cristão, resolveu o Pe. Pedro Pedroso recorrer ao governador D. Francisco Barreto. Aproveitando sua passagem pela Baía, representara-lhe sôbre a conveniência de banir da serra D. Simão Tagaibuna, Capiranha e Francisco Xubeba, os maiores relapsos, ou obrigá-los pela fôrça a melhor vida. Bom católico e grande amigo dos padres, o Governador Geral atendeu-o prontamente, expedindo ordens ao capitão-mor do Ceará, Diogo Coelho de Albuquerque, para que fizesse prender os faltosos e os exterminasse para sempre da Capitania (15). A medida era sem dúvida radical, mas perigosa; constituindo um verdadeiro atentado contra os direitos de chefes prestigiosos, bem poderia gerar atritos e dissenções no seio da tribo e acarretar uma revolta armada, tal como se verificaria pouco depois, em condições menos difíceis. Felizmente para o emissário e para os próprios eclesiásticos, nenhuma dessas hipóteses ocorreu.

Entregue o temerário empreendimento à diligência e habilidade do alferes Filipe Coelho de Morais, militar que granjeara renome de valente em anteriores emprêsas guerreiras, teve êxito completo. Chegando à serra, ao oficial não se antolhou resistência séria. Deteve sem dificuldade os rebeldes, conduzindo-os para o presídio do Ceará, onde durante anos iriam expiar um crime cuja gravidade desconheciam. De que ardis se teria servido o enviado de Diogo Coelho de Albuquerque e quais as astúcias empregadas para conseguir os fins sem lutas nem sangue, é hoje difícil atinar com isso. A habilidade demonstrada no desempenho do melindroso encargo lhe valeu honrosas felicitações, não só do Governo, mas também do capitão-mor general Francisco Barreto e até do próprio rei. (16).

Dos principais detidos, nem todos foram, porém, mantidos em custódia. Um deles. D. Simão Tagaibuna, conseguiu livrar-se das masmorras do fortim, perdoado, graças à initerferência do complacente padre Pedroso, a quem o prisioneiro prometeu

(15) Provisão passada aos padres da Companhia em 1662.

(16) Veja-se a carta de Francisco Barreto enviada a Coelho de Morais, em 18 de Março de 1663.

emendar-se. Êle logrou mesmo regressar à serra, acontecimento que iria ter a mais funesta consequência para a vida daquela missão jesuítica. O caso, que estaria terminado pela prisão dos cabecilhas, teve desfecho inapelável, devido à intromissão intempestiva do próprio missionário.

Serenos corriam os dias da missão depois da volta do Pe. Pedroso, quando a inadvertência e o proceder incorreto de Manuel Carvalho Fialho, enviado do governador do Maranhão, de novo exacerba os ânimos daquelas crianças grandes, ateando a revolta e fazendo periclitar, mais uma vez, o resultado de longos anos de paciente trabalho construtivo. Segundo versão jusuítica, divulgada pelo padre Bettendorf, êsse homem fôra à serra comandando um troço de soldados e índios para regatear âmbar. Para aí, mandara-os aquela autoridade, a pretexto de visitar os missionários e ver se necessitavam de ajuda ou socôrro. Na realidade, porém, na defesa de seus próprios interêsses. Irritados contro os desmandos da soldadesca e contra seus processos iníquos de comerciar, os selvícolas se teriam amotinado e, dirigidos pelo próprio D. Simão Tagaibuna, acometeram o povoado, expulsando dêle os índios e a tropa de S. Luís. Ajudaram aos revoltosos nessa ocasião os tapuias da vizinhança, seus aliados. Fôra isso pela Páscoa de 1662.

Rui de Sequeira, o governador acusado pelo padre Bettendorf de haver, de certo modo, provocado a rebelião, narra o fato de modo inteiramente diverso. Historiando em longa epístola ao rei o memóravel levante dos tabajaras, êle assegura que, tendo encaminhado à serra uma tropa para felicitar os indígenas e agradecer-lhes "o não haver alteração alguma entre êles", coincidiu insurgirem-se êstes contra as prepotências e arbitrariedades do padre Pedroso, expulsando da serra, não só os jesuítas, mas também os homens de arma que para lá enviara. (17) Do fato tirava o missivista mais um argumento em favor da anexação das missões cearenses ao Maranhão, coisa que, de há longos anos, vinham pleiteando as dirigentes nortistas , com tôda a energia.

O provável é que ambos os fatos narrados tenham influído

(17) Carta de 20 de abril de 1663, já citada anteriormente.

no caso; que a prisão e deportação dos maiores tenha sido a causa determinante da sédição de 1662. A presença dos soldados e índios de Carvalho Fialho, sua avidez e falta de compostura, serviram apenas de pretexto fortuito para desencadear o tumulto, por meio do qual vingava Tagaibuna os companheiros exilados. (18)

Não podendo conter a fúria dos insurgentes, que contra êles igualmente se voltava, resignaram-se os missionários a abandonar seus postos e buscar abrigo. Acompanharam-nos no triste êxodo para a vizinha Capitania do Maranhão o maioral André Caraiati (19) e mais 400 índios de sua tribo, que se ali iriam organizar em uma nova aldeia.

"Voltei à missão da serra [escrevia mais tarde o Padre Pedroso] e, por ocasião do levantamento do principal Tagaibuna, me retirei com 400 almas de sua família e vassalos que se resolveram a nos seguir para esta Capitania aonde chegámos na quaresma de 662, sete anos depois de ter saído para a serra".

Sete anos de duras provas de resistência exigidas ao seu organismo. No Maranhão, far-se-ia conhecido e conceituado pelo seu zêlo apostólico, sendo, posteriormente, escolhido visitador das missões maranhenses, cargo em cujo desempenho iria prestar relevantes serviços à comunidade inacina. Continuando aí a vida aventurosa de missionário, aperfeiçoou seus dotes de sertanista e pôde alargar, não só os domínios da geografia brasílica, pela descoberta do rio dos Jurunas, na Capitania do Pará, rio que foi o primeiro branco a sulcar, mas também os horizontes da fé, pela pacificação e doutrinamento dos tacanhapés. Em 1674 andava roteando, numa simples canoa, as costas leste-oeste, do Maranhão para o Ceará, afim de reconhecê-las.

(18) Levaram-nos a pensar assim o curto espaço de tempo que medeou entre a prisão dos principais e o início da rebelião, e o fato de não ter o Padre Pedroso podido conter os índios, o que lhe teria sido relativamente fácil, se não estivesse êle próprio, envolvido no conflito. Também a circunstancia de ter êle sido obrigado a desamparar a missão parece-nos sugestiva.

(19) De 17 de março de 1663 há uma carta de Francisco Barreto, enviada ao chefe indígena André Caraiati, elogiando seus sentimentos cristãos e incitando-o a permanecer fiel á religião e submisso aos missionários.

Expulso dez anos depois, na ocasião da revolta de Beckman, passou ao govêrno a dar largas à sua incansável atividade de catequista.

A revolta fomentada pelo obstinado D. Simão durou anos. De nada valeram para debelá-la as enérgicas providências concertadas pelo governador D. Francisco Barreto e seus auxiliares imediatos, nem os esforços conjugados dos capitães-mores do Ceará e Piauí. As ordens emanadas da mais alta autoridade da colônia, para que novamente se prendesse ou se matasse o chefe da revolta de 1661, não poderam ser executadas. D. Simão permanecia incólume e a rebelião continuava a alastrar-se assustadoramente por tôda a costa nordestina. (20) A ela aderiram mesmo os índios tupis que habitavam a região de Camucim e os que viviam aldeados nas cercanias da fortaleza de Nossa Senhora d'Assunção.

Êsse gesto de solidariedade para com seus irmãos de sangue motivaria a prisão e destêrro para Pernambuco do capitão-mor dos selvícolas do Ceará, Francisco Cariúba, e sua substituição pelo principal João Algodão, de certo muito mais submisso aos portuguêses do que o chefe deposto.

Falhando os meios coercitivos para serenar os ânimos e não lobrigando solução mais conveniente, resolveu D. Vasco de Mascarenhas, conde de Óbidos e 2.º vice-rei do Brasil, contemporizar, concedendo a todos os insurgentes a mais ampla anistia. Nela estava incluído D. Simão, o grande responsável pela expulsão dos jesuítas e pela anarquia que grassava entre indígenas avassalados do costão nordestino. A 23 de janeiro de 1664 ordenava êle, com efeito, ao capitão-mor do Ceará, João de Melo Gusmão, que desse liberdade aos chefes tabajaras recolhidos à fortaleza, sob seu comando desde 1661 e os encaminhasse à serra da Ibiapaba. Levara o Governador a tomar semelhante medida, além de seu desejo de apaziguamento, a representação que nesse sentido lhe fizera o Pe. José da Costa, provincial da Companhia de Jesus no Brasil. (21)

(20) Veja a carta de 18 de março de 1663, de D. Francisco Barreto ao Capitão-Mor do Ceará.

(21) Dando ciência dessa sua resolução, assim se expressava o

Conforme afirmara o padre ao Vice-Rei, D. Simão mostrava-se arrependido e dizia-se pronto a aceitar de novo os missionários, sob a condição única de lhe serem restituídos os dois prisioneiros.

A medida de clemência, que a todos parecia de grande alcance para o restabelecimento das missões serranas, também não logrou o êxito esperado. Tanto assim que dez anos mais tarde, em 1673, os predicadores católicos não haviam ainda retomado o seu antigo posto.

Do regimento dado em 25 de novembro dêsse ano ao Tte. Manuel Pereira da Silva pelo capitão-mor Jorge Corrêa da Silva, para ir à Serra-Grande, consta, com efeito, "que naquela época os missionários do Ceará haviam feito presente ao Capitão-Mor quanto convinha ao serviço de Deus e de S. M. irem em missão

---

Governador Geral: "O Reverendo Pe. José da Costa, provincial da Companhia de Jesus desta Província, me representou que nessa fortaleza estavam presos dois índios que haviam sido causa de os religiosos que assistia na sua aldeia, se sairem dela, e que era o Principal da mesma aldeia chamado Dom Simão, por haver também cooperado na saída dos padres, solicitou o perdão desta culpa, pedindo-lhe restituisse os mesmos religiosos para viver com êles, como cristão, e vessalo que era d' El-Rei meu senhor; com a condição de lhe levarem os ditos índios. E ainda que a inconstancia natural desta gente, não segura muito a correspondência de qualquer benefício que se lhe faça, a notícia que o Pe. Provincial tem dos missionários da serra, o persuadem a crer que o castigo, que até agora tiveram, e o favor que agora se lhes faz, é a mais bem encaminhada disposição para se restituirem os religiosos a aquela aldeia. Por esta causa perdôo ao principal Dom Simão o delito de que se mostra arrependido; e Vosssa Mercê mande logo soltar os dois índios, e os entregue aos padres para os levarem á serra; avisando-me do sucesso que teve esta ação, pelo acêrto que desejo a todas as dos religiosos da Companhia, principalmente quando levam consigo o do serviço d' El-Rei meu senhor a quem folgarei dar conta de estarem essas nações sossegadas, e mui obedientes á introdução de seu bem espiritual. E por que tenho entendido que o Capitão-Mór, a que Vossa Mercé sucedeu, evitou de todo aos índios o menor serviço que podiam fazer aos padres missionários, mudará V. M. de estilo e lhes fará em tudo o favor que deve á Companhia de Jesus, mandando aos índios que os religiosos houverem mister para seu serviço, o façam sem repugnancia. E tudo obrará Vossa Mercê de modo que tenha o Pe. Provincial grandes motivos de estimar haver-me pedido esta carta. Guarde Deus Vossa Mercê. Baía e janeiro 23 de 1664. O Conde de Obidos". ("Documentos Históricos". Vol. IX, Rio, 1929, pág. 140). Semelhante ordem era renovada em termos ainda mais enérgicos por carta de 28 de Fevereiro de 1664.

às terras da Ibiapaba a trabalharem ao bem das almas da nação dos tabajaras *os quais estavam há anos faltos de sacramento*".

Para reatar o serviço de catequese, atraindo de novo ao aprisco as ariscas ovelhas do Senhor, seguiu para a serra, em 1673, frei Francisco de Sá, obreiro do mesmo sublime ideal de difundir a fé entre nossos ameríncolas. Acompanhava-o, para ampará-lo e defendê-lo contra possíveis hostilidades dos nativos o cabo Manuel Pereira da Silva à frente de 30 soldados e 150 gentios domésticos. Graças à sua atividade fecunda e intensa, bons frutos devia colher êsse ministro do Evangelho na obra de cristianização da selva brasileira. Derivando pelas agrestes planuras em busca de índios para aproximá-los de Deus, celebrou pazes e firmou tratados de aliança com várias tribos erradias da Chapada e conseguiu que nada menos de três centenas de selvícolas se deixassem batizar, ingressando, por êsse modo, na sociedade cristã. (22).

Pelas alturas de 1689, época em que ocupava o cargo de capitão-general de Pernambuco Antônio Gonçalves da Câmara Coutinho, esteve, mais uma vez, missionando os moradores da serra e ensinando-lhes o valor da ordem e da fraternidade, o Pe. Pedro Pedroso (23). De sua atuação, pouco conhecida,

---

(22) Depois dos colapsos sofridos em 1661 e 1684, o desonvolvimento das reduções jesuíticas do Grão-Pará e Maranhão seria admirável. Retomando o caminho do Norte, após a viagem forçada que tiveram de empreender, quando ocorreu a revolta de Beckman, com ardor novo reiniciaram os inacinos sua missão de paz. A pesar de terem sido restabelecidos, pelo governador Rui Vaz de Sequeira, apenas na jurisdição espiritual das aldeias, não hesitavam nem esmoreciam. Todavia, a Ibiapaba já não mais permanecia sobordinada aos Pes. Superiores do Maranhão, quando aí esteve frei Francisco de Sá.

(23) Deduzo isso das afirmações contidas na carta enviada em 20 de junho de 1690 por êsse Capitão General, já então no govêrno da Baía, a Roque Monteiro Paim: "Os que têm aldeias antigas [refere-se aos padres capuchos] assistem nelas, mas converter gentio depois que estou no Brasil só vi no padre João Lôbo, que era dos Quintais e no Pe. Pedro Pedroso que foi á serra do Ceará acometer aquêle gentio chamado os tabajaras, os quais vieram uns poucos com seu governador ou principal perante mim, gente mui doméstica e de bom entendimento. Eu os vesti, dei terçados e patentes de governadores dos índios em nome d'El-Rei, e se

mas profícua, resultaria irem alguns infiéis com seu principal ao Recife prestar vassalagem ao Rei de Portugal em mãos daquela autoridade administrativa. Era "gente mui doméstica e de bom entendimento", que se deixou batizar com muita devoção e jurou obediência a S. M.", conforme afirmava o próprio Câmara Coutinho em carta dirigida a Roque Monteiro Paim, em 1690.

Em 1692, missionou também os tabajaras o Pe. Manuel Pedroso Junior (24). Apaziguando e cristianizando tribos copiosas alcançou descessem rumo à ribeira do Açu mais de 600 indígenas serranos, necessários à defesa dos moradores da região contra os investidas dos tapuias em revolta. Êsses homens não chegaram, porém, ao destino. Por determinação superior, foram localizados a dez léguas ao norte da fortaleza de N. S. d'Assunção, onde fundaram um povoado. Aí passaram a assistí-los o Pe. Assenço Gago e o próprio Pe. Manuel Pedroso. Êste sacerdote, que muito se distinguiria no amparo aos interêsses dos naturais, viera para o Ceará, provàvelmente em inícios de 1690, substituir o padre Pedro Pedroso, então falecido. Fizera-o por ordem do governador Antônio Luís Gonçalves da

batizaram com grande devoção e fizeram juramento de obediência a S. M. Os persuadi que baixassem da serra para virem morar junto á Paraíba, onde lhes escolhi sítio e lhes dei terras de que ficaram bem contentes. O dito padre Pedroso morreu como bom soldado nesta campanha ocm que parou um pouco esta missão mas não me descuidando porque não tivesse o diabo o gôsto de ver êste negócio embaraçado mandei logo outro missionário também padre da Companhia chamado Manuel Pedroso (que verdadeiramente só êles têm préstimo para êste negócio) mui perito naquela língua e cuidando eu que conseguisse uma das melhores missões que se tivessem feito, me avisa o padre por essa carta que remeto a V. M. a pouca ajuda que o Capitão-Mór do Ceará lhe deu levado mais dos seus interêsses que do serviço de Deus e de S. M. Tenho escrito ao Governador de Pernambuco para que ajude êste religioso, e estranhe ao Capitão-Mór o que fêz nesta ocasião porque me pareceu que se tirassem do poder do demônio mais de cinco mil almas; porque eu tinha assentado com êles que os que não pudessem vir po rterra, como eram suas mulheres e filhos, lhes mandaria sumacas á fortaleza do Ceará para vir por mar aquela família". Esta carta é de grande interêsse histórico. Desfaz mais uma dobra no véu de sombra que envolve os últimos anos do grande evangelizador dos tabajaras cearenses e permite, ademais, fixar aproximadamente a época em que êle desapareceu do rol dos vivos.

(24) Veja-se o final da nota anterior.

Câmara Coutinho, amigo leal dos inacinos e que sinceramente confiava na sua capacidade de realização.

CATEQUESE DOS PES. ASSENÇO GAGO E MANUEL PEDROSO JUNIOR

Mandados prosseguir, entre os habitantes vermelhos da serra, a grande obra de doutrinamento, em tão boa hora iniciada pelo Pe. Vieira quatro decênios antes, entraram os dois soldados da Companhia em contacto com seus novos tutelados em princípios de 1695. Cumpriam-se, dêsse modo, as determinações da C. R. de 29 de novembro de 1694, segundo a qual os gentios da Ibiapaba deviam ser socorridos espiritualmente pelos padres jesuítas que residiam no Ceará. Dava-se de novo àqueles nativos assistência religiosa continuada, de que se achavam privados desde 1662 e de que tanto estavam a carecer. (25)

Muitos serviços prestariam à causa de Deus e da civilização cristã o padre Assenço Gago e seu companheiro de apostolado, já levando às paragens mais agrestes a palavra de Cristo, já chamando ao grêmio da Igreja os ásperos tapuias, já promovendo novos aldeamentos de tabajaras. A capicidade de realização do padre Assenço Gago não estava, todavia, esgotada. Gênio criador, delineara dar ainda maior amplitude e eficiência aos trabalhos de evangelização a serem efetuados no Ceará. Tendo em vista as vantagens oferecidas pela Ibiapaba para se tornar a fonte irradiadora do pensamento cristão na zona norte da Capitania, representou ao rei D. Pedro II sôbre a conveniência de ser alí fundada um hospício ou casa de residência, onde os religiosos pudessem assistir, ser tratados nas enfermidades e repousar dos cansativos e augustiosos labores missionários. Valendo-se das observações colhidas durante os anos de permanência no Brasil, expôs igualmente ao Soberano a necessidade de se aldearem certos indígenas da baixada, inadaptáveis à vastidão e ao frescor das planuras, nas proximidades do litoral,

(25) As viagens dos padres Manuel Pedroso, Pedro Barbosa de Pedroso e Francisco Sá á Ibiapaba, para trabalhar os naturais, devem ser consideradas meras expedições de descimento, verdadeiras bandeiras religiosas, como tantas outras amiúde feitas, não só pelos jesuítas, mas também por congregados de outras ordens religiosas.

e solicitou socorros materiais para encaminhar o bom têrmo todos êsses beneméritos desígnios. Para a manutenção dos nativos, requeria o padre lhe fôssem dadas, por sesmaria, tôdas as terras situadas entre a Barra do Aracati-mirim e a barra do Timonia, correndo, das citadas barras, o rumo direito à Ibiapaba. Entraria na sesmaria tudo que os rumos apanhassem da serra até entestar com os campos gerais que lhe ficam do lado oposto. Acolhido o pedido do esforçado jesuíta, resolveu D. Pedro II que se fizesse no Ceará a casa de residência para os padres da Companhia. Confirmou sua decisão, determinando, pelas cartas régias de 1697, ao capitão-general de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro (C. R. de 8 de janeiro de 1697) e o governador do Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho, que prestassem todo concurso ao missionário. Deviam outrossim, entregar ao Pe. Assenço Gago terras bastantes para nelas estabelecer dois currais de gado. Os lucros havidos na exploração da fazenda serviriam à subsistência dos inacinos que fôssem morar no hospício ou que, no Ceará, estivessem entregues às suas habituais atividades catequistas. Para ocorrer às despesas inicais, isto é, para os gastos decorrentes da criação da casa dos jesuítas e compra do gado, ordenava El-Rei que o Capitão-General de Pernambuco lhe fornecesse, de sua real fazenda, seis mil cruzados e a côngrua necessária a cada missionário por seis anos, tempo durante o qual não podiam ainda os currais dar rendimento suficiente para acudir às subsistências dos religiosos. Tendo igualmente em vista o bem estar dos selvagens, insistia S. Magestade junto aos governos nortistas para que dessem por sesmaria, nos distritos de sua jurisdição, as terras que necessitassem e nos lugares prèviamente escolhidos pelos padres. Deviam as mesmas autoridades, dizia também a carta régia, velar para que, "de nenhuma maneira, se altere a sua posse, nem lhe tirem os brancos de que êles se receiam, mandando proceder com aquelas penas condignas ao delito aos que obrassem o contrário para que experimente êste gentio a fé que lhes guarda e como a minha grandeza e piedade os ampara para lograrem o que é seu e seja êste o exemplo que mova aos mais a abraçarem a nossa amizade".

A pesar da boa vontade do Soberano, tão claramente evi-

denciada nas medidas de caráter administrativo que mandava adotar, sua ordem não pôde ser cumprida. Foi causa principal de fracassarem as esperanças e perseverantes esforços do Pe. Assenço Gago a sistemática oposição do Pe. Francisco de Matos, provincial da Ordem no Brasil, que entendeu não permitir saíssem os padres a dar princípio à fundação do hospício. O chefe religioso talvez não suspeitasse o intenso e doloroso drama que era a existência dos dois jesuítas no sertão do Meio Norte e por isso não anuia aos desejos de seu subordinado. Êste, fiel à santa missão a que se impusera, continuou, não obstante, a trabalhar e produzir.

Enquanto isso, em de redor da missão serrana, corvejavam os terríveis preadores de índios, como grandes e tenebrosas aves de rapina. Fervilhante de tribos que a pamilhavam em incessante vai-vem, era ainda naquela época a Ibiapaba o sinistro El-Dorado dos bandeirantes, que, semeando o terror, deixavam S. Luís em busca de novos cativos.

No calor dessas expedições escravagistas, os homens volveram certamente amiudadas vêzes o pensamento e olhar para as indefesas reduções jesuíticas, a cuja sombra se abrigava presa muito mais valiosa e, portanto, mais apetecida, do que os broncos e errantes tapuias planaltinos. Não ousavam todavia acometê-las. Temiam e respeitavam o braço poderoso, embora enfraquecido pela distância, da justiça do Rei. O vozear insolente de alguma tropa de resgate repercutiu por vêzes nas aldeias cristãs, mas só excepcionalmente praticaram excessos condenáveis contra seus habitantes.

Pelas alturas de 1692, os paulistas, sempre violentos e agressivos, tentaram escravizar alguns gentios domésticos da serra. Mas foram mal sucedidos no odioso tentame. A intervenção oportuna e decidida do Governador do Maranhão fê-los desistir de vez de seus propósitos criminosos, salvando assim a liberdade dêsses indígenas. De maneira análoga aos sulinos, atuaria João Velho do Vale, o descobridor do caminho sertão a dentro, entre o Maranhão e a Baía, façanha de cunho heróico e de que temos conhecimento graças às originais perquirições históricas de Capistrano de Abreu. Indo à serra com a incumbência de descer o gentio bravo, incumbência que lhe cometera

o governador Antônio de Albuquerque, o famoso sertanista, sucumbindo ao fascínio do lucro fácil, assenhoreou-se de 25 casais de caboclos avassalados, conduzindo-os consigo para S. Luís. Tal celeuma levantou, porém, o fato, que os prisioneiros foram, pouco depois, restituídos aos Padres, a pesar da oposição do Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (26). Determinaram-no os têrmos enérgicos da O. R. de 12 de outubro de 1697. Não obstante êsses e outros atentados contra a segurança de seus moradores e o êxodo de numerosos índios mansos que deixaram a serra para ir combater ao lado dos brancos contra os infiéis, ou que partiam para repovoar o Rio Grande do Norte, assolado por incessantes lutas (27), a missão serrana continuou a progredir, mercê da tenacidade inquebrantável dos dois eclesiásticos. Em cada canto do platô patenteavam-se os resultados benéficos de seus poderosos esforços. Grangeando a amizade dos selvícolas, decidiram, depois de desenvolver as lavouras de mandioca e de milho nas terras altas e melhorar assim o padrão de vida dos ameríncolas pelo aumento da produção agrícola, estender a ação benéfica da catequese e as vantagens da cooperação às tribos dos sertões marginais do Coreaú.

Para levar a bom têrmo emprêsa de tanta monta fixaram-se à beira daquele curso d'agua, junto ao poço chamado Igapara,

---

(26) É de notar-se que fôra Antônio de Albuquerque, tão celebre depois como capitão-mor de S. Paulo e Minas e também no desempenho das funções de capitão-general do Rio de Janeiro, o governador que antes frustrara os intuitos rapinantes aos mamelucos de S. Paulo. Conforme dissemos, êsses bandeirantes que guerreavam e apresavam os tapuias do *hinterland* nordestino haviam tentado assaltar a aldeia cristã da Ibiapaba. É pelo menos isso que se depreende dos termos da C. R. que lhe foi dirigida em 3 de dezembro de 1692. Sôbre o assunto, consultem-se também as cartas régias de 18 de janeiro de 1697 e 12 de dezembro de 1697, ao Governador de Pernambuco, pedindo que averigue e informe sôbre os excessos cometidos contra os naturais da Ibiapaba por João Velho do Vale, cabo de uma tropa ali enviada pelo Governador do Maranhão.

(27) Veja-se a O. R. de 16 de dezembro de 1698, ao Govenador de Pernambuco, para que faça descer cem casais de índios da Serra do Ceará (Ibiapaba) para se aldeiarem no Açu, em maior segurança do presídio então ali estabelecido. Relativamente ao mesmo assunto, existem ainda as OO. RR. de 16 de janeiro de 1698 e a de 7 de setembro de 1699.

onde situaram uma fazenda de criar, que, mais tarde, receberia o nome de Curralinho. Segundo se acha escrito em papéis da época, ano e meio aí permaneceram os jesuítas, fazendo pastorear seus gados e buscando neófitos entre os gentios da redondeza. Como o local escolhido não oferecesse, porém, condições favoráveis ao amplo desenvolvimento da pecuária, fizeram retirar todo rebanho de sua propriedade, localizando-o nas proximidades de um outro poço denominado Guiraquatiara. Nesse lugar construíram casas, currais e cercados, procurando por todos os meios chamar ao seio da comunidade cristã novos catecúmenos (28).

Com o tempo, a remota fazenda se fêz aldeia, onde os indígenas de várias parentelas adquiriram hábitos de trabalho disciplinado e produtivo. A pesar de assim vitoriosos, não se deram os Padres por satisfeitos. Conhecedores da sórdida ganância do branco, queriam alicerçar, em bases mais estáveis do que a simples ocupação pacífica, os direitos dos nativos mansos àquelas terras. Requereram por isso e obtiveram do capitão-mor do Ceará, Gabriel da Silva Lago, por despacho de 2 de setembro de 1706, uma sesmaria de duas léguas na própria região que habitavam. A posse alongava-se uma légua rio acima e outra rio abaixo, a partir do citado poço Guiraquatiara, tendo uma légua de largura em tôda a sua extensão.

Entestava essa propriedade com os terrenos doados, em 3 de agôsto de 1702, aos irmãos Machado Freire por D. Fernandes Mascarenhas de Lancastro e de cuja demarcação surgiria o litígio mais tarde decidido contra os direitos dos indígenas pelo desembargador Cristóvão Soares Reimão, a 8 de outubro de 1706. Regulando-se pela lei que mandava ceder a cada aldeia de nativos mansos apenas uma légua quadrada de terras, resolveu o juiz atribuir aos padres e seus tutelados sòmente a área estabelecida em lei. Julgava-a "superabundante para criarem currais para sua sustentação e ornato da capela, a qual [terra] será em quadro e na mesma passagem e sítio que está o poço de Guiraquatiara e curral, metade para cima e metade

(28) Padre Vicente Martins: "O Hospício dos Jesuítas da Ibiapaba". "Rev. do Instituto do Ceará", tomos XLII e XLIII.

para baixo e a outra légua por devoluta", conforme esclarecia em despacho o escrupuloso magistrado.

Ao tempo da administração do Pe. Assenço Gago, houve igualmente a missão serrana por sesmaria, na ribeira do Camucim, uma fazenda denominada Tiaia, de 4 léguas de terra. Como não possuíssem os religiosos armêntio com que a povoasse, o português Francisco da Cunha, , morador em Pacoti, comarca do Piauí, pertencente ao bispado do Maranhão, resolveu o angustioso problema doando à Igreja de N. S. d'Assunção, em 1710, quatrocentas e cinquenta cabeças de gado vacum, vinte e sete cavalos e um negro chamado José, escravo já afeito ao pastoreio, para cuidar de todo o rebanho. Dêsses bens ficavam os jesuítas depositários. Estava, assim, impresso novo impulso à pecuária no noroeste da capitania do Ceará, constituíra-se mais um núcleo de expansão da riqueza, que tanto opulentaria as ribeiras cearenses e que a grande sêca dos fins do século XVIII viria aniquilar definitivamente. Segundo o hábito corrente, com a dádiva impunha o generoso ofertante a obrigação de dizerem os padres, indiretamente beneficiados, três missas anuais em intenção de sua alma. Em todos êsses cometimentos viu-se o Pe. Pedroso eficazmente coadjuvado pelo Pe. Manuel Pedroso Junior, cujo longo esfôrço em prol da evangelização e bem-estar material dos gentios, continuaria até 1716, Por iniciativa sua e de seu incansável companheiro, em data de 1 de outubro de 1716 foi concedida por D. Lourenço de Almeida aos índios da aldeia de N. S. d'Assunção uma sesmaria de 2 léguas de comprido e 1 de largo. Dez anos antes, em 2 de setembro de 1706, obtivera D. Simão de Vasconcelos, mestre de campo dos gentios da Ibiapada, para si, seus herdeiros e descendentes, a doação de duas léguas em comprido e meia de largo para cada banda do riacho *Umbiaçú*, a começar de uma passagem chamada *Itacolumi*. Os íncolas da Ibiapaba, amansados graças à abnegação infinita dos jesuítas, não se cingiam a trabalhar em seu próprio benefício e no da missão, deviam servir igualmente ao govêrno lusitano, a seus agentes e aos colonos, na paz e na guerra. Os padres eram, por êsse motivo, obrigados a fornecer, não só trabalhadores aos brancos, como também os contingentes de flecheiros necessários à defesa das capitanias

nordestinas, tôdas as vêzes que para tal lhes fôssem requisitados. Vêzes sem conta se viram assim os tabajaras chamados a intervir, ao lado dos povoadores, em cruentos recontros que se feriram nos mais variados rincões do Brasil Norte-Oriental. Em 1706 eram êles, com efeito, mandados auxiliar os paulistas que combatiam no Açu (29) e, tempos depois, prestavam novamente serviços valiosos às tropas que pelejavam no interior do Maranhão contra o gentio de corso. Só em 1713, para lá seguiram a incorporar-se aos luso-brasileiros em luta contra os tapuias de novo revoltados, cêrca de 400 selvícolas cearenses (30).

CATEQUESE DOS PADRES FRANCISCO DE LIRA E MANUEL BATISTA

O Padre Assenço Gago foi substituído pelo Pe. Francisco de Lira provàvelmente no decorrer do ano de 1717 (31). Dedicando-se com carinho e infinita paciência aos seus deveres de pastor, o recém-vindo muito concorreu também para a difusão da fé católica e considerável aumento dos bens partimoniais da missão que passara a dirigir. Êsses bens tiveram por núcleo principal a fazenda Tiaia, cuja origem já apreciámos. Administrador providente e atilado, com os proventos colhidos na exploração dos haveres pertencentes ao orago da igreja local comprou a José Bandeira de Melo as terras cha-

(29) C. R. de 19 de agôsto de 1706.

(30) O. R. de 19 de dezembro de 1712. A êsse propósito veja-se, outrossim, a C. R. de 23 de Novembro de 1700 ao Governador de Pernambuco, determinando que, a pesar da ordem em contrário, êle autorize o Capitão-Mór do Ceará e os religiosos da Companhia a fornecer ao Governador do Maranhão todos os indígenas que requisitar para a guerra. Leia-se igualmente a C. R. de 23 de novembro de 1700, ao Governador do Maranhão.

(31) O Barão de Studart, em um de seus eruditos trabalhos sôbre história do Ceará, e o jesuíta Pe. Antônio Paulo Ciríaco, que muito o tomou por guia ao escrever o livro intitulado "Missionários Jesuítas no Brasil no tempo de Pombal", dizem que o Pe. Francisco de Lira foi superior da Ibiapaba a contar de 1718. Não somos dêsse parecer. Julgamos mais justo admitir que êle houvesse assumido o melindroso encargo de doutrinar os gentios da serra do correr de 1717. Já em 20 de janeiro

madas *Panacuí*, com duas léguas de extensão, arrematando mais, em praça pública, as fazendas *Ipueira*, *Tiaia de Baixo* e *Pacoti* (32), com três léguas ao todo. Depois de 1728 houve, outrossim, por esmola de Pedro Alves Correia a N. S. d'Assunção, um terreno de três léguas no sítio Una, lindeiro à fazenda Tiaia, que com os aludidos acréscimos ficou com uma área aproximada de doze léguas quadradas, o que representava, mesmo naquela época, um enorme domínio territorial.

Posteriormente, quando na serra missionava também o Pe. Manuel Batista (33), as propriedades denominadas *Umbuzeiro*, *Pitinga* e *Ubaiaçu* e o sítio *Bananeira* foram igualmente incorporados, por compra, ao grande latifúndio sertanejo. Faria parte do dilatado patrimônio de N. S. d'Assunção, a Santa Padroeira da redução serrana, a fazenda Missão, dádiva de Miguel Machado Freire e de seu irmão Domingos Machado Freire e cujos rendimentos, conforme o estatuído pelos doadores, se destinava a melhor paramentar a capela e sustentar os padres catequistas (34). Atestam por igual os esforços do Pe. Lira em prol de

---

de 1718 eram, com efeito, a seu pedido, concedidas certas datas de sesmaria aos indígenas daquela região. Corrobora ademais a nossa opinião o fato de ter o Pe. Assenço Gago embarcado do Ceará para a Baía em 1717. alquebrado e enfermiço, vindo a falecer a bordo do veleiro que partira no dia 19 de maio daquele ano, colhendo, assim, a auréola de tantas benemerências em prol da Santa Igreja Católica.

(32) O nome dessa última propriedade é mencionado no depoimento que Gabriel Machado fêz perante o reverendo Pe. Visitador Geral da Comarca, e arrolado no requerimento do Pe. Luís do Rêgo Barros, em 1760.

(33) O Pe. Manuel Batista, da Companhia de Jesus, era natural da Freguesia de Santa Cristina, Arcebispado de Braga, e trinta anos viveu na contínua tarefa de ganhar almas a Deus. Assistia aos índios com suma caridade instruindo-os com seus exemplos e santas direções. Os últimos cinco anos de sua vida se recolheu ao Hospício de Aquiraz da Provincia do Ceará, onde com grande esplendor de virtudes finalizou a vida no fim de julho de 1756, quando contava 75 anos de idade e foi o primeiro sepultado na Igreja de N. S. d' Assunção, do dito Hospício". Barão de Studart.

(34) Para maiores detalhes, veja-se o longo e minucioso trabalho do Pe. Vicente Martins intitulado "O Hospício dos Jesuitas de Ibiapaba", inserto na Revista do Instituto do Ceará.

seus queridos neófitos as novas terras que, a seu pedido, lhes foram doadas pelos capitães-mores do Ceará. Requerida por êle, fêz, com efeito, Manuel da Fonseca Jaime, cessão, em 20 de janeiro de 1718, de uma sesmaria de 7 léguas aos Maiorais da Ibiapaba, sendo 2 ao mestre de campo D. José de Vasconcelos, 2 ao capitão-mor Sebastião Saraiva e três a Jacó de Sousa Castro e suas gentes. Durante a prolongada e profícua estada do Pe. Francisco de Lira à frente da missão serrena exerceram, ao seu lado, importantíssimo papel, na pregação dos puros ideais cristãos, o Pe. Agostinho Correia, nos anos de 1718 e 1719 e, em 1720 e 1722, o Pe. Manuel Pedroso. Mais tarde, depois de 1728, foram também seus auxiliares e colaboradores os Pes. Manuel Batista, Pedro da Silva e Rafael Gomes. (35)

Enquanto os jesuítas prosseguiam na faina de bem servir à igreja, tendo por base de suas atividades, como sempre, a catequese, e seus filhos espirituais, dia a dia, melhor se identificavam com os sentimentos e deveres cristãos, nas fronteiras do Piauí o ambiente emborrascava-se progressivamente. Uma revolta, desencadeada entre as tribos tapuias por efeito do proceder desabrido das expedições de resgate e de préia, tomava aí feição cada vez mais cruenta. Alastrando-se sem medida pelos campos e selvas, multiplicava ruínas e desbarates e fazia crescer assustadoramente o número de vítimas. Não eram poupados pelo bando barulhento e belicoso dos sediciosos nem crianças, nem mulheres, nem velhos. Tampouco respeitavam os próprios eclesiásticos, pois entre as vítimas sacrificadas à sua ferócia figuraria o Pe. Amaro Barbosa, sacerdote cujo tórax êles abriram para retirar o coração, que, a seguir, conduziram como um sangrento troféu. Essa espantosa façanha, entre as centenas de outras que devem ter então ocorrido, patenteia bem a truculência louca dos nativos, preocupados em se desafrontar de injúrias e vexações recebidas dos conquistadores. Depois de oprimir com seus crimes hediondos a região do meio norte, a horda desfreada desceu para o nascente, fazendo rázias no próprio território do Ceará.

---

(35) Barão de Studart. "Duas Memórias do Jesuíta Manuel Pinheiro", *in* "Revista do Instituto do Ceará".

A gravidade do momento estava, pois, a requerer uma atuação firme e decidida por parte dos brancos. Era mister pôr côbro a tantos desatinos, para que os colonos não fôssem lançados fora das terras perigosamente conquistadas. Em tal emergência, resolveram as autoridades responsáveis pela administração da zona conflagrada confiar o encargo de acometer os rebeldes e jugular a revolta a Bento de Aguiar Carvalho, famoso sertanista, a quem foi concedida a patente de Mestre de Campo da Conquista do Maranhão. Valendo-se da larga experiência que adquirira no correr de serviços prestados à colônia lusa em lutas sertanejas, insinuou o rústico chefe militar um plano minucioso de ação, do qual deveria resultar o extermínio dos bárbaros e a volta definitiva da paz sôbre aqueles chãos desamparados.

As sugestões do Mestre de Campo passaram à Metrópole, encaminhadas pelo próprio Governador do Maranhão, que, duvidando talvez da vitória das suas armas, lembrou também a conveniência de ser desanexado do Ceará, para integrar o Piauí, a aldeia avassalada da Ibiapaba, farto viveiro de combatentes aguerridos e disciplinados e de cujo auxílio tanto estava a carecer. Servia a justificar a medida relativa à transferência dos caboclos serranos a necessidade de mantê-los sempre em estado de eficiência e prontos para a guerra. Recebida pelo Rei, foi a proposta do Governador aprovada e mandada executar pela resolução régia de 13 de outubro de 1718.

A resolução régia, comunicada ao governador Bernardo Pereira de Berredo por C. R. de 20 de outubro de 1718 (36) e por êle transmitida aos interessados, deixou-os consternados. Entre os indígenas do Ceará e os colonos maranhenses havia antagonismos e contrastes que nem mesmo a solícita interferência dos missionários podia render e conciliar e a nova lei ia fazê-los dependentes do arbítrio das autoridades do vizinho estado e entregá-los à truculência de seus apaniguados. O temor

(36) De 20 de outubro de 1718 datam também as provisões passadas ao Governador do Maranhão e ao Capitão-Mor do Ceará, relativas á guerra que, sob o comando do cabo e mestre de campo Bernardo de Aguiar Carvalho, se devia fazer aos gentios de corso que vinham desvastando as capitanias do Maranhão, Piauí e Ceará.

de serem obrigados a servir sob as ordens de tais chefes explica, só por si, a pronta decisão tomada pelos tabajaras de enviar emissários ao Reino, para implorar a D. João V a invalidade da ordem régia e volta de suas aldeias à jurisdição do Capitão General de Pernambuco. No intuito de patrocinar, junto aos dirigentes metropolitanos, a justa causa dos nativos e também no interêsse da própria obra missionária, passou ao Velho Mundo o Pe. João Guedes, que então coadjuvava o Pe. Francisco de Lira na ingente e árdua tarefa de receber os índios pagãos, trabalhar-lhes as almas toscas e simples, imprimindo nelas laivos de cristandade. Eram seus acompanhantes, na longa e aventurosa viagem transatlântica, o mestre de campo Filipe de Sousa, D. Jacó de Sousa e Castro e o capitão Cristóvão de Sousa, todos delegados dos nativos.

Na distante Lisboa, uma vez desempenhada a missão de que se incumbira, renasceu espontânea na consciência do Pe. João Guedes a idéia de reviver os antigos projetos do Pe. Assenço Gago, de erigir, no chapadão da Ibiapaba, uma casa para albergar os jesuítas. Admirável na sua capacidade de trabalho e realização, empreendeu nova campanha a serviço da piedosa causa a que se dedicara firmemente. Nesse sentido endereçou mesmo uma súplica à Coroa, evidenciando nela a relevância de tal cometimento e as vantagens de ordem espiritual que dêle tirariam os moradores do platô e terras vizinhantes do Ceará e Piauí, assim brancos como indígenas e mestiços. O projeto que o Pe. Guedes delineava era realmente de inestimável alcance e devia merecer, de todos, aplausos e estímulos, pois todos reconhecemos que ninguém melhor do que os filhos de S. Inácio poderia levar aos remotos rincões daquelas paragens hostis e sáfaras a palavra de Cristo e o consôlo da Religião. Assim o compreendeu, por certo, também o rei de Portugal. Atendida, a representação teve como consequência a carta régia de 1721, dirigida ao Capitão General e Governador de Pernambuco, mandando criar no Ceará um hospício ou residência conventual para os religiosos da Companhia. No recolhimento cuja ereção o Monarca autorizara, haveria dez missionários jesuítas, entre os quais obrigatòriamente figurariam alguns alemães ou imperiais.

Propiciando os elementos indispensáveis a levar-se por diante tão generosos desígnios, concedia Sua Majestade aos padres, para a edificação e custeio de sua nova casa, a soma de "6000 cruzados, por espaço de três anos, e mais 2000 cruzados anuais", tirados do "dízimos da Capitania" (37). Foi igualmente fixada em 40$000 a côngrua a ser adjudicada anualmente a cada missionário que aí passasse a assistir, concorrendo, por essa forma, para difundir a fé religiosa e para a humanização da selva brasileira. (38).

Tendo realizado perfeitamente seu objetivo, tornou triunfante ao Reino o Pe. Guedes em 1720 e, em 1722, estava êle mais uma vez na Ibiapaba, colaborando com o Pe. Lira nos trabalhos que lhes eram tão caros. Pouco depois, deixaria novamente o companheiro, seguindo para Recife a serviço de seu ministério. Decorridos três anos, daí volveria o incansável eclesiástico, para cooperar na fundação do hospício de Aquiraz, de que seria o primeiro superior. Êsse cargo era o galardão com que o distinguiria o Provincial pelos inestimáveis serviços prestados á obra de expansão da catequese. Também para os indí genas a viagem teve o desejado êxito. Á vista das insistentes e reiteradas solicitações dos maiorais e dos documentos oferecidos pelos padres, condescendeu o Monarca, e a voz autorizada do Conselho Ultramarino votava uma resolução para que não tivesse andamento a ordem régia impugnada. O êxito não foi todavia completo. Voltava, é certo, a missão da Ibiapaba à sua situação anterior, passava a depender, como dantes, da administração civil pernambucana, mas uma condição fôra imposta, —a de poderem os governadores do Maranhão requisitar para a guerra os índios cearenses, quando se isso fizesse necessário (39). Talvez o sentimento humanitário do soberano luso, que à maneira de seus maiores, sempre timbrou em proteger os bra-

(37) Resolução régia de 12 de março de 1721, transmitida ao Capitão-Mor do Ceará no dia 15, aprovando o parecer do Conselho Ultramarino, de 9 de novembro de 1726.

(38) Essa ordem foi mandada cumprir e registar a 14 de julho de 1726, por João do Rêgo Barros.

(39) Essa ordem régia seria renovada a 24 de maio de 1721.

silienses o inclinasse a satisfazer integralmente os desejos dos chefes tabajaras, emancipando-os de vez da obrigação de servir aos alóctones. Todavia, as circunstâncias anormais do momento, aliadas a motivos de ordem política, ditavam-lhe a prudência de uma disposição por tal forma conciliatória. Procurava, sem dúvida, por êsse meio, acomodar interêsses em colisão. Defrontando-se havia ali, com efeito, de um lado, os interêsses do Reino, que o govêrno devia amparar e defender; do outro, os da Igreja, sagrados e respeitáveis e que os jesuítas, de certo modo, representavam. Os primeiros, batiam-se pela coparticipação ampla dos nativos nas bandeiras, de vez que sua fazenda, prosperidade e segurança dependiam, em grande parte, dos resultados colhidos por essas expedições escravagistas. Os últimos, opunham-se tenazmente à intervenção de seus reófitos nessas emprêsas cruentas; julgavam-nas contrárias à caridade e prejudicial à evangelização e ao bom nome da Igreja.

Inteirados os selvícolas do conteúdo do recente decreto que os emancipava da jurisdição dos dirigentes administrativos do estado nortista, houve uma debandada geral. Incorporados havia anos à tropa que operava contra os percatis e várias outras tribos rebeldes do interior piauiense, os nossos índios, ao terem ciência da auspiciosa nova, abandonaram precipitadamente os companheiros de luta, malgrado os esforços envidados pelo chefe Bernardo Carvalho de Aguiar para retê-los.

O fato de assim falsearem as intenções da O. R., regressando a seus lares quando a peleja atingia o acume da violência, não significa, todavia, o abastardamente das qualidades bélicas dos tabajaras cearenses, nem tampouco que êles se mostrassem infensos a batalhar pelo Rei. Evidencia, simplesmente, quão profundo continuava sendo a aversão que votavam ás gentes maranhenses. Tanto se avolumaram, efetivamente, na época, os serviços prestados pelos caboclos da Ibiapaba ao govêrno português, na paz e na guerra, e tal a dedicação com que o fizeram, que dêle receberam numerosas mercês de terras, e seus chefes não raro se viram agraciados com títulos honoríficos. De 5 de dezembro de 1720, há uma resolução régia, tomada em conselho ultramarino, doando-lhes as terras situadas entre a

ladeira da Uruoca e o lugar chamado Itapiuna, "á vista dos relevantes serviços prestados à Coroa". Essa deliberação foi transmitida ao capitão-mor do Ceará, a 10 de dezembro do mesmo ano. A 13 de janeiro de 1721, seria publicado novo decreto real, complemento por certo do anterior, outorgando o tratamento de dom e outras regalias aos chefes índios da Ibiapaba José de Vasconcelos (40), Filipe de Sousa e Sebastião Saraiva (41).

O êxito alcançado na capital lusitana pelos filhos da Ibiapaba e de que haviam sido os jesuítas os principais agentes, guardariam fundos e bizarros ressentimentos as autoridades maranhenses. Para se vingarem da Ordem, endereçaram à Metrópole tôda sorte de queixas e mesmo pesadas increpações contra os missionários, que eram, não raro, apontados como inimigos do bem público. A defensa do bem público era, já estão, o pretexto escolhido para acobertar direitos ilegítimos e interêsses pessoais inconfessáveis. Não era isso, aliás, uma campanha nova, mas um simples episódio da luta entre inacinos e colonos, luta que prosseguia incruenta, mas feroz e tenaz, em todos os quadrantes da terra brasileira. Como de hábito, para atacar seus inimigos natos, nada era defeso ao reino e nem mesmo torpezas. A vida reta dos filhos de Loiola era por seus contrários apresentada aos dirigentes cheias de tortuosidades e meandros. Não havia episódio, por insignificante que fôsse, que não merecesse ser acrescido de minudências escabrosas. Servia-lhes, porém, preferentemente, de tema às suas insistentes representa-

---

(40) A D. José de Vasconcelos doou o capitão-mor Salvador Alves da Silva uma posse de terra de 2 léguas de comprimento sôbre 1 de largura na várzea de nome Suninga, entre o rio Timônia e o riacho *Tayiyi*.

(41) Inútil nos parece alongar a enumeração das concessões e regalias dadas a êsses selvícolas pelas autoridades, assim coloniais como metropolitanas. As citadas doações bastam plenamente para atestar a eficiência, fidelidade e determinação com que êles sempre ajudaram a Coroa. O fato, aliás, nada tinha então de particular: em todo o Brasil, os nativos, particularmente os já cristianizados, deram profusamente o sangue e a vida, não pela pátria, que desconheciam, mas pelos portuguêses, e isso se repetiu e multiplicou até o fim do período colonial.

ções o fato de não condescenderem os Padres em fornecer flecheiros para as guerras sentanejas, fato com o qual os portuguêses da colônia não se podiam conformar. Em carta de 7 de setembro de 1724 queixava-se, com efeito, João do Maio Gama, governador do Maranhão, ao seu rei, que, a pesar das ordens regias vigentes, não lhe haviam sido enviadas as fôrças cearenses por êle insistentemente pedidas. Destinavam-se elas a engrossar o corpo expedicionário do mestre de campo Bernardo Carvalho de Aguiar, na campanha de larga envergadura que empreendia no Piauí, onde a guerra prosseguia, por ventura mais cruenta e destruidora. Desalentada a tropa do Mestre de Campos por baixas numerosas que lhe debilitavam ao extremo de efetivos, impossíveis de reconstituir com os recursos de que dispunha o Govêrno, estancara a ação, quando fôra urgente redobrar de esforços, para obtenção de uma vitória definitiva. Prometera, é certo, dizia o queixoso, exterminar os rebeldes da Capitania, mas só o poderia fazer se lhe fôssem proporcionados os meios necessários e o pessoal suficiente.

As alegações de que se servia o Governador, na tentativa inútil de arruinar perante o monarca português o prestígio dos jesuítas, eram legítimas e perfeitamente fundadas. Fiéis aos príncipios de caridade e tolerância que sempre lhes nortearam a conduta no Brasil, êles, de nenhuma maneira, podiam mostrar-se apressurados e solícitos em fornecer os reclamados contingentes de nativos. Iriam, se procedessem de modo contrário, dar maior eficiência bélica às bandeiras maranhense em suas campanhas de ódio e mortícinio. Burlar ou, pelo menos, protelar, de qualquer modo, a execução de um ordem que julgavam iníqua e que sentiam ser uma ameaça constante à obra a que dedicavam tôdas as suas energias, devia parecer por certo, aos nobres defensores dos gentios, bem mais que uma simples obragação um verdadeio dever para com Deus. Pensar que outra norma de ação teriam em semelhante caso seria grande injustiça para com os beneméritos filhos de Santo Inácio. Idêntica resistência em mobilizar os homens necessários aos bandeirantes para o prosseguimento de suas criminosas guerras, mesmo quando essas guerras fôssem oficialmente autorizadas e organizadas, mostravam sempre os nossos missionários. Outra

coisa, aliás, não se podia esperar de homens que, ao revés dos outros reinícolas, colocavam acima de tudo os sagrados interêsses da religião e não conheciam antagonismo de raças nem interêsses pessoais subalternos. Isso era uma orientação comum aos filhos de Loiola. Já Vieira, no Norte, mostrara o caminho da resistência.

Não foram, todavia, vãs as queixas e os protestos do Governador. No anò seguinte, 2 de março de 1725, uma C. R. avisava-o de que, à vista de suas reclamações, fôra ordenado ao Capitão-General de Pernambuco que enviasse para o Piauí os flecheiros necessários ao mestre de campo Bernardo Carvalho de Aguiar, dada a hipótese de se acharem serenados os ânimos em território cearense. Que consequências teve esta C. R. não lográmos apurar; certo é, porém, que três anos mais tarde a guerra continuava a ser a grande preocupação dos nossos dirigentes. Efetivamente, a 23 de dezembro de 1728, eram os habitantes do altiplamo cearense requisitados para atuar em novas lutas armadas, que se feriam nos lindes fronteriços das capitanias do meio Norte. Dêsse ano é a C. R. endereçada a Alexandre de Sousa Freire, governador do Maranhão, aprovando a guerra defensiva em que se empenhara contra os timbiras, que estavam atacando a vila de Moxa. Ordenava-lhe, igualmente, que se dirigisse ao Capitão-General de Pernambuco, a quem o Ceará era subordinado, para que êste fizesse descer da Ibiapaba os arcos de que, por ventura, carecesse.

Malgrado as múltiplas preocupações que lhe assoberbavam o espírito, achou ainda o esforçado Pe. Francisco de Lira vagares para, ampliando suas atividades catequistas, empreender lougas viagens pelo sertão em busca de neófitos. Interrompia a rotina para cumprir o seu precípuo dever de missionário. Até que ponto do interior penetraria o Padre em suas arrojadas e cansativas perigrinações, é coisa que se ignora. Documento algum fixa a trajetória traçada por êle através das ínvias e agrestes serrarias que circundam o Ceará a leste. Comprova, porém, a extensão de seus esforços e de suas penetrações ousadas o descobrimento das distantes rechãs do Araripe. Talvez também resultassem daí os conhecimentos topográficos locais que permitiram a abertura dos velhos caminhos inter-capitaniais

ligando o Ceará ao Piauí e através dos quais vaqueiros e tangerinos levariam boiadas aos mercados da Paraíba e Pernambuco, durante boa parte do período colonial.

A guerra, que tantas vítimas já havia feito e, com incrível violência, lavrava nas proximidades da fronteira, não impediu também que a aldeia de N. S. d'Assunção se tornasse lugar frequentado pelos viajantes que do Ceará demandavam as regiões vizinhas do Piauí e Maranhão ou que de lá regressavam. Êstes, fazendo, porém, mau uso da hospitalidade de seus habitantes, iam-se aposentar nas residências dos índios, para lhes roubar pela sedução as mulheres e as filhas. Semelhante abuso deu aso a que os prejudicados apelassem para o Soberano que, a 10 de dezembro de 1720, proibia aos brancos, quando de passagem pela serra, irem morar com os caboclos. Deviam, caso quisessem estacionar na aldeia, procurar os missionários e poisar nas casas por êle preparadas para tal fim.

CATEQUESE DO PADRE JOSÉ DA ROCHA

Contou também a missão serrana, em meados de 1741, com a colaboração solícita e eficiente do Pe. José da Rocha, sob cujos olhos atentos floresceram novos núcleos de povoamento (42). Como os bárbaros continuassem as suas tropelias sangrentas, semeando a paisagem piauiense de escombros e misérias, mais uma vez foram os nossos gentios domésticos chamados a pelejar contra êles. Da tropa expedida, a 20 de abril de 1741, contra os acroãs e mais tapuias de corso pelo governador maranhense João Abreu Castel-Branco, participaram, com efeito, numerosos combatentes tabajaras a isso requisitados. Comandava a fôrça a que se incorporaram o capitão do Mearim, Fran-

(42) De Ibiapina os índios em malocas iam até o lugar "Tapera Cuna", havendo tribos inteiras nos lugares Pitanga, Seminário e Buriti, sendo êste último inacessível, um verdadeiro núcleo de resistência". Pedro Ferreira: "Album Histórico de Ibiapina do Estado do Ceará", 2.ª Ed., Sobral, 1911.

cisco de Almeida, muito conhecido pelo seu arrôjo em emprêsas dessa natureza (43).

Em 1749, a população sujeita aos inacinos eleva-se a muitos milhares de pessoas, formando várias comunidades rurais de cunho acentuadamente pastoril umas, e agrícolas outras.

Na futura Viçosa não habitavam apenas índios tabajaras. Reunidos pelos mesmos laços espirituais, amalgamados na mesma crença, aí viviam também anacés, irariús e camaçus ou acoanaçus (44).

Entretanto, prosseguia a marcha triunfal da obra catequista. Sete anos depois, em janeiro de 1756, visitando o Pe. Brewer a redução da Ibiapaba, então entregue à solicitude do Pe. Rogério Conísio e de dois irmãos leigos, teve o ensejo de verificar que, só na aldeia de N. S. d'Assunção, havia uma população de cêrca de 5474 tabajaras e 632 tapuias cariris pertencentes às citadas tribos dos anacés, iraniús e acoanaçus. Superior já em 1753, foi o Pe. Rogério o último jesuíta que esteve à frente da missão. Em 1759, devia arrancá-lo aos seus santos labores o decreto brutal de expulsão. Êsse sacerdote, mártir das perseguições pombalinas, iria falecer nas masmorras do forte de S. Julião, no mais triste abandono.

Na época, as missões criadas pela Companhia de Jesus atingiram no setentrião brasileiro, o acume de seu desenvolvimento material (45). Além de Viçosa e Ibiapina (46) inú-

(43) Do regimento que levava êsse rude potentado sertanejo, é de notar-se, por curioso e instrutivo dos hábitos da época, o teor do 15.º capítulo, que assim rezava: "De tudo que resta [refere-se provàvelmente ás presas feitas no decorrer da campanha], se tirará a terça parte ou a quarta parte para se entregar ao Governador e Mestre de Campo dos índios da serra da Ibiapaba, conforme o número de gente que êle tiver, para que êle lá faça a repartição que lhe parecer justa com os índios, seus oficiais e mais gente". O regimento tem a data de 17 de abril de 1741.

(44) Camaçus, acoanaçus ou acaraçus. — Veja-se Carlos Studart Filho: "Tribos indígenas do Ceará", in "Resvista do Instituto do Ceará".

(45) Quando os padres jesuítas foram expulsos do Brasil, o enorme latifúndio pertencia á missão da Ibiapaba estava dividido em quatro grandes fazendas de criar a saber: *Umbuzeiro, Missão, Tiaia* e *Pitanga,* possuindo um total de 4709 cabeças de gado vacum e 200 de gado miúdo.

(46) A aldeia de S. Pedro de Ibiapina, criada também pelos jesuítas, passara, por C. R. de outubro de 1741, a pertencer á jurisdição do Govêrno do Ceará.

meros outros pequenos e rústicos povoados cristãos, estrelejavam as ribeiras norte da Capitania do Ceará e de derramavam Piauí a dentro pelo dorso descalvado da Serra Grande. Em quase todos êsses agregados humanos viviam tribos selvagens diversas que, aproximadas pela fé, se unificavam pela fusão dos sangues e das energias.

INSTITUTO DO CEARÁ

(FUNDADO EM 4 DE MARÇO DE 1887)

Quadro de sócios efetivos em 31 de dezembro de 1945

N.º da Cad.	PRIMEIROS OCUPANTES	SUCESSORES	OCUPANTES ATUAIS	Data eleição	Data posse	Aniversário
	Fundadores					
1	Paulino Nogueira Borges da Fonseca	Rodolfo Marcos Teófilo—Carlos Studart Filho	Joaquim Alves	20-11-1942	5- 1-1943	10 Fev.
2	Barão de Studart	João Franklin de Alencar Nogueira	João Franklin de Alencar Nogueira	4- 6-1941	19- 7-1941	27 Out.
3	Joaquim de Oliveira Catunda	Mons. Bruno R. S. Figueiredo — Eusébio Néri Alves de Sousa	Antônio Martins Filho	20-11-1942	5- 1-1943	22 Dez.
4	Pe. João Augusto da Frota	Antônio Teodorico da Costa	Pe. Misael Gomes da Silva	20- 4-1938	5- 5-1938	21 Set.
5	João Batista Perdigão de Oliveira	Álvaro Bomilcar da Cunha	Clodoaldo Pinto	20- 3-1936	5- 4-1936	27 Out.
6	Antônio Augusto de Vasconcelos	Júlia Carneiro Leão de Vasconcelos	Alba Valdez	5- 2-1936	5- 4-1936	12 Dez.
7	Antônio Bezerra de Menezes	Pe. Rodolfo Ferreira da Cunha — Waldemar Cromwell do Rêgo Falcão	Luís Cavalcante Sucupira	20-11-1942	5- 1-1943	11 Maio
8	Júlio César da Fonseca Filho	Álvaro Otacílio Nogueira Fernandes	José Waldo Ribeiro Ramos	20- 2-1936	5- 4-1936	4 Abril
9	Juvenal Galeno da Costa e Silva	Tomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho	Tomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho	27- 9-1928	27- 9-1928	16 Nov.
10	José Sombra	Tomaz Pompeu de Sousa Brasil — José da Cunha Sombra	Manuel Antônio de Andrade Furtado	20- 7-1932	5- 9-1932	28 Jan.
11	Virgílio Brígido	José Lino da Justa — Hugo Vitor Guimarães e Silva	Francisco Dias da Rocha	4-12-1943	20- 3-1944	23 Agosto
12	Virgílio Augusto de Morais	Manuel Soriano de Albuquerque — Des. Álvaro Gurgel de Alencar	Eusébio Néri Alves de Sousa	20- 8-1945	——	14 Agosto
	Reforma de 1931					
13	José Pedro Soares Bulcão	Demócrito Rocha	Dom Antônio de Almeida Lustosa	20- 3-1944	29- 4-1944	11 Fev.
14	Antônio Martinz de Aguiar e Silva		Antônio Martinz de Aguiar e Silva	5-10-1931	31-10-1931	4 Março
15	Carlos Livino de Carvalho	Ábner Carneiro Leão de Vasconcelos	Abner Carneiro Leão de Vasconcelos	20- 3-1936	5- 4-1936	9 Dez.
16	José Carvalho	Djacir de Lima Menezes	Manuel do Nascimento Fernandes Távora	4-12-1943	13- 5-1944	21 Março
17	Guilherme de Sousa Pinto	Plácido Aderaldo Castelo	Raimundo Renato de Almeida Braga	20- 5-1944	31- 8-1944	20 Dez.
18	Leonardo Mota		Leonardo Mota	5-10-1931	5- 1-1932	10 Maio
	Reforma de 1939					
19	Dolor Uchoa Barreira		Dolor Uchôa Barreira	4- 6-1941	19- 7-1941	13 Abril
20	Raimundo Girão		Raimundo Girão	4- 6-1941	19- 7-1941	3 Out.

Façam-se nêste trabalho as seguintes emendas:

Pág 7, rebordos (em lugar de *reboidos*).
Pag 26, no imo da catinga (em lugar de *no rumo*);
Pag. 27 chilras (em lugar de *chibras*);
Pág 28, ponha-se ponto final depois de *armadas* e comece-se a frase seguinte por Deviam;
Pág 29, de amargurado transe (em vez do que está).
Pág 38, onde está *cem* ponha-se novos;
Pág. 46, ponha-se *de Pernambuco* depois de *govêrno*, e o primeiro 1661 troque-se por 1662;
Pág. 55, onde está *Pe Pedroso* ponha-se *Pe Assenço Gago;*
Pág. 63, *reinó* (em vez de *reino*)